UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA

Priscila Avelino Ferreira

A TRAGÉDIA DE MARIANA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA AGENDA GOVERNAMENTAL MINEIRA

Belo Horizonte

2018

Priscila Avelino Ferreira

A TRAGÉDIA DE MARIANA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA AGENDA GOVERNAMENTAL MINEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: José Ângelo Machado

Belo Horizonte

2018

Priscila Avelino Ferreira

A TRAGÉDIA DE MARIANA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA AGENDA GOVERNAMENTAL MINEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA

_____

José Ângelo Machado (Orientador) – UFMG/DCP

_____

Carlos Ranulfo Felix de Melo – UFMG/DCP

Belo Horizonte, 04 de julho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade da vida e por me conceder sabedoria e força para a conclusão de mais uma etapa.

Agradeço à minha mãe que mesmo longe sempre me encorajava com as palavras: “vai dar tudo certo”. E deu!

Agradeço ao meu marido que sempre acreditou mais em mim do que eu mesma.

Agradeço à minha família e a todos os meus amigos agradeço por todo conforto e ânimo que me deram.

Agradeço aos professores a orientação incansável e o empenho.

Agradeço ao professor José Ângelo Machado pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Agradeço aos amigos e colegas de curso: Anamaria, Dionatan, Sterferson e Roberto. Cada um do seu jeito fez a caminhada ser mais leve e prazerosa.

Agradeço aos consultores da Gerencia de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da ALMG que tanto me apoiaram na escolha do tema do TCC e no desenvolvimento do trabalho. Aprendi muito com vocês.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa jornada, meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

A Constituição de 1988 aumentou, em muito, a participação do Poder Legislativo nos processos decisórios do governo tornando-se um ator significativo. O Poder Legislativo brasileiro é uma instituição independente, com níveis de competência para a produção de leis que ratificam a sua efetiva e profunda atuação no campo da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. O Parlamento faz uso de vários instrumentos para atuar nessas políticas, e um deles é a instituição de comissões nas Assembleias Legislativas. Essas comissões discutem e apreciam projetos de lei, emendas, e outras proposições, emitem opinião técnica por meio de pareceres, convocam autoridades públicas para prestar esclarecimento, enfim, as comissões preparam o trabalho legislativo em si. Diante de vários problemas que a vida em sociedade apresenta, até que ponto o Poder Legislativo interfere na definição da agenda governamental? Este estudo tem como objetivo apontar quais temas discutidos na Comissão Extraordinária das Barragens instituída pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais após o maior desastre ambiental do mundo com barragem de rejeitos ocorrido em Mariana/MG, foram incluídos na agenda governamental mineira.

Palavras-chave: Comissão. Barragens. Políticas Públicas. Agenda Governamental.

LISTA DE SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APPs	Áreas de Preservação Permanentes
Cipe Rio Doce	Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce
CBMMG	Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEUE	Coordenação Estadual de Urgência e Emergência
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DUT	Documento Único de Transferência
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Fapemig	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
JUCEMG	Junta Comercial de Minas Gerais
PCMG	Polícia Civil de Minas Gerais
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PNPDE	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
SEDRU	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
Semad	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SES	Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

SUPRAM-CM	Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana
TTAC	Termo de Transação de Ajustamento de Conduta

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **8**

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PODER LEGISLATIVO NA FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL **12**

2.1 Ciclo das Políticas Públicas **12**

2.2 Agenda Governamental **14**

2.3 Poder Legislativo e agenda governamental **15**

3 A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS E A AGENDA GOVERNAMENTAL A PARTIR DO DESASTRE DE MARIANA **17**

4 A FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL A PARTIR DA ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS **23**

4.1 Pedidos de Informação **25**

4.1.1 Temas dos requerimentos de informação destinado do Governo do Estado **29**

4.2 Pedidos de Providência **32**

4.2.1 Análise tema a tema dos requerimentos de providência destinados ao Governo do Estado e Semad **35**

5 CONCLUSÃO **48**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **51**

ANEXO I – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS DA ALMG **54**

ANEXO II - LEVANTAMENTO DOS REQUERIMENTOS DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS DA ALMG **55**

1 INTRODUÇÃO

No dia 5 de novembro de 2015 um acidente com o dique da barragem de Fundão, com 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração de ferro, no Município de Mariana, administrada pela empresa Samarco Mineração S.A., formou um rio de lama que destruiu praticamente todo o distrito de Bento Rodrigues, situado a 5 km abaixo da barragem, atingindo também os municípios de Paracatu de Baixo, Gesteira e Barra Longa. A lama foi levada até o Rio Gualaxo do Norte, a 55 km, desaguando no Rio do Carmo, atingindo em seguida o Rio Doce, que é o responsável pelo abastecimento de água de diversas cidades mineiras e capixabas, seguindo até o mar. No total, foram 35 municípios atingidos em Minas Gerais e três no Espírito Santo. Esse acidente, de grandiosas e múltiplas proporções, tem sido considerado o maior acidente ambiental do Brasil e o maior do mundo com barragens.

Além dos impactos ambiental e econômico a toda a Bacia do Rio Doce, esse acidente trouxe um grave impacto social na vida dos moradores e funcionários da empresa, mais de 600 pessoas ficaram desabrigadas e desalojadas, além de 19 mortos.

Dos impactos ambientais, as questões relacionadas à água tem maior importância, não depreciando os danos à biodiversidade e a qualidade e disponibilidade do solo. Com a presença de metais pesados causando alterações físico-químicas a água foi considerada imprópria para o consumo e para as demais atividades rurais.

O acidente com a barragem de Fundão gerou impactos econômicos, muitos relacionados ao uso da água em atividades agropecuárias, aquícolas e pesqueiras, sem contar o impacto nos setores de comércio e serviços. Por todo o trajeto da lama foi comprovada a destruição de áreas agrícolas e pastos, interrupção da geração de energia elétrica pelas hidrelétricas de Candonga, Aimorés e Mascarenhas, e interrupção do turismo, dentre outras situações, gerando grandes perdas de receitas econômicas.

Os impactos sociais vão além de morte e o desaparecimento de pessoas, a destruição total de moradias desalojando comunidades e isolamento de áreas habitadas. Na área trabalhista, além da preocupação com manutenção dos empregos no complexo de Mariana, também é perturbadora a situação dos pescadores, agricultores, produtores de leite, ribeirinhos, e todos os outros que tinham nas atividades no Rio Doce a sua fonte de renda. A

educação também foi impactada. Com a destruição de escolas e a falta de abastecimento de água muitos alunos ficaram sem aula prejudicando o calendário do ano letivo de 2015.

O rompimento da barragem de Fundão teve repercussão imediata na mídia nacional e internacional. O que impressiona na repercussão internacional é que o Brasil não costuma gerar notícias de grande vulto para ser manchete nas principais redes internacionais de notícias como o The New York Times[1] e BBC[2]. O rompimento da barragem foi um desastre ambiental de grande impacto, considerado o maior acidente mundial com barragens de rejeitos, talvez seja o motivo de ter alavancado os noticiários.

O site Agência Minas[3], onde são publicadas as notícias oficiais do Governo de Minas Gerais, publicou no dia 06 de novembro de 2015 a matéria "Governo de Minas Gerais une esforços para ajudar população de Bento Rodrigues e região", onde informou sobre os trabalhos das equipes da Secretaria de Estado de Saúde (SES), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), e da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), logo após o rompimento da barragem.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) compete não só a elaboração de leis, mas também a fiscalização da aplicação das políticas públicas, acompanhando as ações governamentais por meio da Comissão Extraordinária das Barragens. Ao final dessa comissão foi aprovado um relatório com propostas e requerimentos como o objetivo de orientar as políticas públicas.

O objetivo deste trabalho é responder, com base no ciclo de políticas públicas, dentro do estágio de tomada de decisão ou agenda decisória governamental, a seguinte pergunta "Quais os tipos de requerimentos aprovados pela Comissão Extraordinária de Barragens, no seu relatório final, foram incluídas na agenda decisória governamental até novembro de 2017?". Este trabalho é relevante para a Gestão Pública, pois, a formulação e a implementação de uma política pública só é realizada após uma situação ser reconhecida como problema e ser incluída na agenda decisória. Assim, a escolha deste tema visa contribuir

[1] Authorities Asses Toll of Burst Dam in Brazil. https://www.nytimes.com/2015/11/06/world/americas/authorities-assess-toll-of-burst-dam-in-brazil.html
[2] Brazil dam burst engulfs homes in Minas Gerais. http://www.bbc.com/news/world-latin-america-34742272
[3] Governo de Minas Gerais une esforços para ajudar população de Bento Rodrigues e região. http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-gerais-une-esforcos-para-ajudar-populacao-de-bento- rodrigues-e-regiao

para esclarecer, mediante as sugestões da comissão e os estudos sobre o ciclo de políticas públicas, qual a natureza dos requerimentos que foram incorporados à agenda decisória governamental e quais não foram incorporados.

O trabalho será desenvolvido com base um uma pesquisa exploratória documental através do relatório final da Comissão Extraordinária das Barragens, do site da ALMG e de relatórios das entidades envolvidas. No período de funcionamento da Comissão, 34 eventos foram realizados incluindo reuniões, audiências públicas e visitas. O relatório apresentado no encerramento das atividades apresenta 164 requerimentos aprovados que servem como ponto de partida para a orientação das medidas corretivas, restauradoras e compensatórias a serem adotadas.

A metodologia de desenvolvimento deste trabalho está dividida em 4 etapas:

Etapa 1: Mediante o relatório final, levantar os requerimentos aprovados pela Comissão.

Etapa 2: Mediante o site da ALMG, levantar as respostas das entidades e órgãos envolvidos.

Etapa 3: Mediante pesquisa junto às entidades e órgãos envolvidos, levantar quais requerimentos foram encaminhado para decisão.

Etapa 4: Construir uma tipologia para descrever frequência dos diferentes tipos e ações que entraram ou não na agenda estadual e buscar identificar padrões de contraste entre os dois casos.

O trabalho está dividido em 3 capítulos, para além desta introdução e das conclusões que se seguirão ao final. O primeiro capítulo trata do estudo da formação da agenda governamental passando pelo ciclo de políticas públicas e a atuação do Poder Legislativo na formação dessa agenda. No segundo capítulo, a partir do desastre ocorrido em Mariana com o rompimento da barragem de Fundão, buscar-se-á evidenciar as ações do Poder Legislativo mediante a Comissão Extraordinária de Barragens da ALMG, e do Poder Executivo mediante a Força-Tarefa e o Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC). O terceiro capítulo, com base nos requerimentos aprovados pela comissão da ALMG, procurará identificar quais temas relativos ao desastre a comissão interessou em se informar e quais providências foram solicitadas ao governo do Estado. Por fim, as conclusões apresentarão

quais temas foram incluídos e quais não foram incluídos na agenda governamental e hipóteses para cada caso.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PODER LEGISLATIVO NA FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL

O estudo da formação da agenda governamental procura examinar o conjunto de elementos causais, relacionais e circunstâncias que façam com que determinado tema seja incluído na agenda do governo. Dessa forma, é possível entender a evolução da política e o papel que o poder legislativo, dentre outros atores, têm na formulação de uma determinada política pública.

A política pública não é linear, ela é um ciclo complexo, o que implica acurácia desde sua formulação até a avaliação dos impactos observados na população que recebeu determinada política. A teoria da formação da agenda governamental nos auxilia na compreensão de como o governo toma uma decisão sobre uma política pública sob a influência de grupos de pressão e grupos de interesses dentro de um ambiente político plural. Por isso o estudo do ciclo de políticas públicas se faz necessário para entendermos o passo a passo da política pública até fazer parte da agenda do governo.

2.1 Ciclo das Políticas Públicas

Na área de conhecimento das políticas públicas, vários modelos são estudados para se chegar ao entendimento de como as ações governamentais são definidas. Um desses modelos é o ciclo de políticas públicas. Segundo Klaus Frey (2000) esse ciclo é constituído dos seguintes estágios: identificação do problema, formação da agenda (agenda setting), tomada de decisão, implementação da política e avaliação, que serão explicitados a seguir.

A identificação de um problema se situa entre a divergência do estado atual e uma situação ideal possível. Tal problema pode ser percebido por grupos sociais, por políticos ou pela administração pública. A mídia tem um papel importante na questão de transformar o problema em uma questão de relevância política (Frey, 2000). Identificado o problema, e tendo interesse na resolução, os atores poderão lutar para que este esteja na lista de prioridades de atuação governamental.

Entendido como o segundo estágio do ciclo de políticas públicas, a definição da agenda (agenda setting) Celina Souza (2006, p.29) traz consigo a questão sobre o porquê “algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas”. Maria das Graças Ruas e Roberta Romanini (2014) entendem por agenda governamental ou agenda

política, um conjunto de prioridades, que a princípio foi especificado pelo governo, às quais decide se debruçar. Para o especialista em Ciência Política John Kingdon (1995), agenda governamental se refere a todos os problemas para os quais o governo volta a sua atenção durante um período de tempo. Para Leonardo Secchi (2012) agenda política é entendida como o "conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública". A agenda governamental ou agenda política nesse sentido é formada por problemas da sociedade entendidos como relevantes que ganham espaço na lista de prioridades do governo, envolvendo decisões sobre quais políticas públicas devem ser formuladas e implementadas e quais devem ser deixadas de lado.

Para que um problema seja um item prioritário na agenda governamental, Rua (1998) salienta que é necessário pelo menos uma das características listadas:

- Mobilize ação política, quer de grande ou de pequenos grupos com poder, ou de atores individuais situados estrategicamente;

- Crise, calamidade ou catástrofe, situações em que o custo do governo em não responder ao problema seja maior que o custo de resolvê-lo.

A fase de tomada de decisão é a fase em que se decide por uma ação, ou uma não ação. Sobre a não ação, Rua (1998) argumenta que alguns temas ameaçadores de interesses encontram obstáculos à sua transformação em problema político e não são incluídos na agenda. Quando esses temas chegam a fazer parte da agenda eles não têm uma solução implementada.

A implementação corresponde "à execução de atividades [...] com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas" (SILVA & MELO, 2000). É a fase em que decisões de política pública se traduzem em ações. Lima e D'ascenzi (2013) acreditam que o processo de implementação das políticas públicas são muito influenciadas pelos atores, suas ideias, valores e concepções de mundo. Já, a avaliação consiste na verificação do impacto da política. Garcia (2001) define avaliação como "uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos".

2.2 Agenda Governamental

John Kingdon faz uma diferenciação de agendas ressaltando a existência de "agendas dentro de agendas" (Kingdon, 2006). Nesse sentido, Kingdon distingue dois tipos de agenda: a governamental e a de decisão. A agenda governamental é o ambiente no qual assuntos, temas e questões públicas considerados importantes recebem atenção e são discutidas pelos formuladores de políticas públicas. Entretanto, como muitas questões vêm à tona conjuntamente, cada uma com sua complexidade, somente algumas são consideradas com mais atenção recebendo destaque na agenda governamental. Essas questões passam a fazer parte da agenda de decisão que, nas palavras de Kingdon (2006, p.222): "é a lista de temas ou problemas que são alvo em determinado momento de séria atenção tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estritamente associadas às autoridades". Assim, Kingdon destaca a agenda de decisão sendo a lista dos problemas que são encaminhados para a tomada de decisão para se transformarem em políticas públicas.

Sobre uma questão ser levada a decisão, Joan Subirats (2006) salienta que esse processo dependerá no geral do número de pessoas que são afetadas pelo problema, das formas de solução, dos interesses e do nível e tipo de organização. Subirats ainda ressalta que na elaboração da agenda governamental o processo de decisão é quase sempre alterado por um conjunto incontrolável de decisores, e por isso, é sempre necessário considerar o problema fazendo algumas perguntas tais como: Existem posições firmes sobre a questão? Qual é o grau de complexidade do problema? Quantas pessoas são afetadas? O problema levantado traz apenas um aumento nos gastos públicos ou é realmente relevante?

Diante da pergunta sobre como o governo prioriza algumas questões em detrimento de outras, Celina Souza argumenta com várias respostas. Uma das respostas ressalta que os problemas entram para a agenda quando há uma decisão em se fazer algo para solucioná-lo. Uma segunda resposta focaliza a consciência coletiva para o enfrentamento do problema. Nesse caso o processo político e as instituições são responsáveis pela compreensão da necessidade do enfrentamento do problema. A terceira resposta argumenta a importância dos participantes na definição da agenda. Eles são considerados "como visíveis, ou seja, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, etc. e invisíveis, tais como acadêmicos e burocracia", sendo que cada participante pode atuar incentivando ou vetando a inserção de problemas na agenda (Souza, 2006). Outras questões importantes para a formação da agenda é a existência de indicadores que mostram as condições de uma determinada situação e o resultado obtido

com ações governamentais anteriores que apresentaram falhas. Os desdobramentos políticos também são consideráveis formadores da agenda, pois isso está relacionado à visão dos políticos eleitos sobre os temas que devem ou não estar na lista de prioridades.

2.3 Poder Legislativo e agenda governamental

As políticas públicas além de nortear a ação do Poder-Público respondem às demandas da sociedade, influenciadas, muitas vezes, por uma agenda criada através da mobilização e pressão social. No Brasil, as Assembleias Legislativas compõem o Poder Legislativo no âmbito estadual. A atuação do Parlamento Estadual engloba, nas suas funções típicas, a elaboração de leis, a fiscalização da administração pública e a representação da sociedade.

A função mais tradicional do Poder Legislativo é a legislativa, que objetiva a produção de leis que deve refletir a realidade social e as deliberações e acordos formados entre os diferentes interesses presentes na sociedade. Na atualidade o poder legislativo

> tem que estar em condições de realizar, mediante a lei, intervenções que impliquem diretamente uma alteração na situação da comunidade. Significa dizer que a lei não deve ficar numa esfera puramente normativa, mas deve influir na realidade social. Isto é, não pode ser simplesmente lei de arbitragem, lei que arbitra, simplesmente, os conflitos interindividuais ou intersubjetivos, como ocorria no Estado liberal, apenas visando à manutenção da ordem. Há, também, que ser lei de transformação, lei destinada a interferir na direção da economia e realizar o desenvolvimento nacional. Ela é, por isso, reconhecida como o instrumento institucional de maior importância no controle social (SILVA, 2010, p. 146).

A função fiscalizadora objetiva a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo e de toda a administração pública vinculada a esse poder. Para isso, as Assembleias tomam algumas medidas tais como, convocação de secretários de Estado e dirigentes de entidades da administração direta e indireta para prestarem esclarecimentos, julgam das contas do governador do Estado, suspendem leis delegadas editadas pelo governador do Estado que exorbitem limites fixados, acompanhamento da execução das políticas públicas, dentre outras.

As Assembleias são, portanto, grandes órgãos de representação da sociedade. Com representantes eleitos diretamente pela sociedade, têm o papel de defender os interesses da população, ainda que haja dissenso quanto a quais sejam tais interesses, promovendo discussões e aprovação de propostas em diversas áreas, como a econômica, a social, a da educação, da saúde, da habitação, do transporte, etc., com foco na defesa dos interesses da sociedade e de segmentos sociais.

O Legislativo desempenha um papel crucial na direção de determinadas políticas públicas, pois esse poder representa nas palavras de Torrens (2013, p.194) “a legitimação, o controle político, a fiscalização e a vigilância sobre a atividade governamental e canal de comunicação entre os que detêm o poder político e os governados, tornando efetiva a participação do Parlamento na condução política do governo”. Antônio Torrens nos recorda dos instrumentos que o Poder Legislativo conta para participar dos processos decisórios e da definição da agenda do governo sobre as políticas públicas. Os instrumentos internos como a elaboração de leis e os instrumentos externos como as audiências e consultas públicas fortalecem a responsabilidade e exige maior compromisso dos legisladores ao propor projetos que se tornaram possíveis políticas públicas.

3 A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS E A AGENDA GOVERNAMENTAL A PARTIR DO DESASTRE DE MARIANA

A ALMG na sua 18° legislatura, em 11 de novembro de 2015, criou a Comissão Extraordinária das Barragens para acompanhar as consequências sociais, ambientais e econômicas da atividade minerária no Estado e também o andamento das negociações para diminuição das consequências do acidente e a identificação das responsabilidades. Além disso, com a criação da comissão, pretendia-se estudar soluções para evitar que novos problemas como esse acontecem com as centenas de barragens do Estado.

Ao longo de oito meses de funcionamento da comissão, foram 34 eventos realizados dentre reuniões, audiências públicas e visitas. Durante o trabalho, outras comissões permanentes da ALMG também estiveram mobilizadas, dada a extensão da tragédia. São elas: Comissão de Desenvolvimento Econômico; Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Comissão de Minas e Energia; Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; Comissão de Participação Popular e Comissão de Direitos Humanos. Além da participação das comissões permanentes a Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce (Cipe Rio Doce) também realizou ações, como a participação na apresentação do relatório pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) relativo ao rompimento da barragem, e a Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais que debateu questões relacionadas ao resgate e à alimentação dos animais sobreviventes da tragédia.

Ao encerramento das atividades, em 07 de julho de 2016, a Comissão Extraordinária das Barragens, tendo em vista sua finalidade e o cumprimento de sua missão fiscalizadora, concluiu suas atividades com a aprovação do relatório final abarcando as propostas aprovadas, requerimentos e recomendações para os órgãos, instituições e empresas envolvidas, produzindo o diagnóstico da situação e propostas de ação para dar andamento as possíveis políticas públicas. Depois da consulta a diversos estudos e vários eventos realizados a comissão chegou à conclusão de que a tragédia em Mariana poderia ter sido evitada se as empresas tivessem, na época, uma gestão eficiente e responsável da barragem. É ressaltado que a empresa Samarco não empenhava em suas atividades a melhor técnica no quesito da prevenção e da precaução, desconsiderando assim a segurança dos moradores de Bento Rodrigues e de seus próprios funcionários. Dessa forma, concluíram também que além das responsabilidades civil e administrativa cabe à Samarco e as suas controladoras Vale S. A e

BHP Billiton responsabilidade criminal. O relatório apresenta uma série de conclusões dividida em danos ambientais e econômicos e atingidos e danos sociais.

Sobre os danos ambientais a comissão declara não admitir o retorno das atividades no Complexo Germano até que os impactos ambientais estejam completamente estabilizados e a adoção das medidas de segurança das estruturas sejam devidamente tomadas. Sobre o TTAC destacou-se que, mesmo com metas estabelecidas no acordo para suavizar, reparar e compensar as perdas, a ALMG poderá, possivelmente, acompanhar a situação socioeconômica das populações atingidas e as condições ambientais das áreas impactadas. O trecho entre a barragem de Fundão e Candonga foi intensamente destruído causando assoreamento de cursos d'água, destruição da vegetação, do solo e da fauna, sem deixar de mencionar a destruição das áreas de produção agrícola. Assim, a comissão fez várias recomendações a Fundação Renova para a mitigação desses danos como o desassoreamento das margens dos rios e seu repovoamento, dentre outras. Como o abastecimento público de água foi seriamente afetado foi recomendado a Fundação, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) algumas ações que vão desde a viabilização de fontes alternativas de captação de água a abertura de pesquisa de métodos alternativos de tratamento e monitoramento de água que sejam eficientes e de baixo custo. A comissão concluiu que existem falhas no processo de licenciamento, de fiscalização e na auditoria de segurança das barragens de rejeitos do Estado e recomendou várias ações ao Poder Executivo estadual na questão da gestão ambiental das atividades minerárias.

Dos danos econômicos a comissão concluiu exemplificando as atividades produtivas afetadas pelo rompimento como atividades aquícolas e pesqueiras, agropecuárias, industriais, etc. Foi recomendado ao Poder Público estadual e a Comissão de Desenvolvimento Econômico da ALMG que monitorem a formulação a implementação dos programas relativos à reativação das atividades econômicas, contidos na Seção VI do TTAC bem como o monitoramento das receitas tributárias dos municípios atingidos. A atividade minerária é de suma importância para a economia do Estado, assim a adoção de tecnologias ambientais seguras devem ser implementadas pelo Estado em parceria com o setor privado.

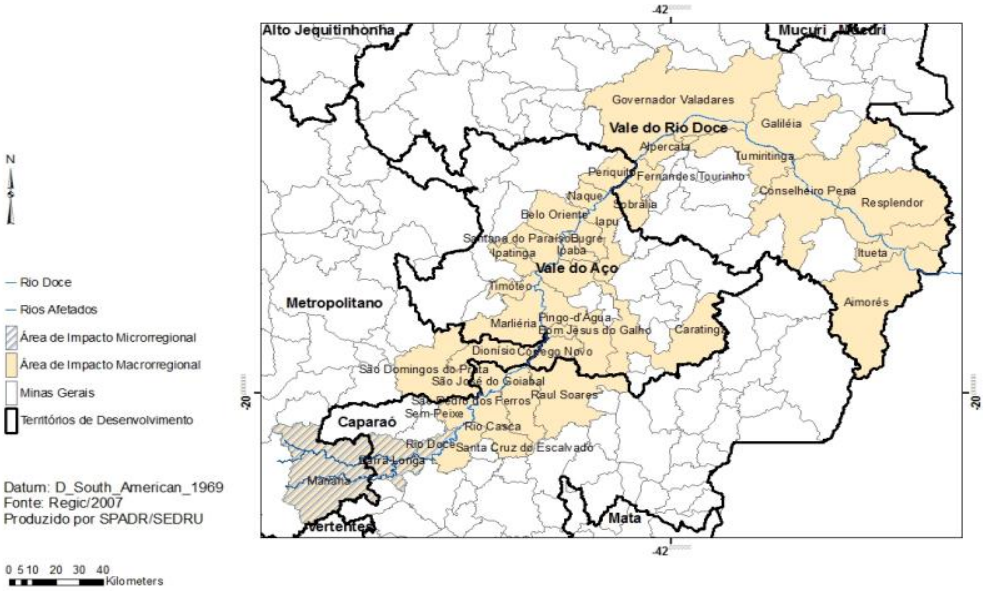
Sobre os atingidos e danos sociais, a comissão concluiu no seu relatório que uma das principais fragilidades é a inexistência de uma legislação específica para os atingidos. Concluiu também que não houve a participação dos atingidos no TTAC ressaltando que essa

participação é indispensável para que seus direitos sejam assegurados. O rompimento da barragem afetou o emprego no setor minerário e nas atividades que dependiam do Rio Doce, assim foram recomendadas várias ações para proteção contra o desemprego e a garantia de renda para aqueles cujos meios de produção foram afetados. A saúde das pessoas atingidas e o direito ao meio ambiente saudável também é uma séria preocupação nesse contexto, sendo recomendada ações de recuperação de redes de esgoto e pluvial, de acompanhamento psicossocial dos atingidos, dentre outros. Sobre o papel do Estado, a conclusão foi que mesmo que a Samarco seja responsável pela reparação dos danos causados o Estado é o garantidor dos direitos humanos, dessa forma, foi recomendado uma maior participação do Estado acompanhando todas as ações realizadas pela empresa.

No dia 20 de novembro de 2015, o Governo de Minas publicou o Decreto n° 46.892/2015 instituindo a "Força-Tarefa Barragem de Fundão Mariana - MG". O objetivo da Força-Tarefa era avaliar os efeitos e desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão, considerado o maior desastre ambiental do mundo abrangendo barragens de rejeitos. Órgãos e entidades do Estado e dos Municípios afetados participaram dos trabalhos.

O relatório final da Força-Tarefa traz, além de propostas de medidas corretivas e restauradoras dos danos humanos, ambientais e materiais, o levantamento de dados socioeconômicos dos 35 municípios mineiros diretamente atingidos. Esses dados foram disponibilizados pelos próprios municípios por meio de formulários encaminhados pela Força-Tarefa que solicitou informações quantitativas, como número de atingidos, unidades habitacionais destruídas, bem como informações qualitativas com relação aos danos. Com esses dados a Força-Tarefa conseguiu consolidar um análise microrregional, que abrange os municípios e os distritos afetados, e uma análise macrorregional abrangendo os municípios ao longo da calha do Rio Doce. Para concluir os trabalhos a Força-Tarefa considerou relatórios de diversas instituições públicas e privadas, levantamento das ações de resposta imediata do governo e demais agentes mediante a tragédia e grupos de trabalhos temáticos compostos por representantes de órgãos e entidades públicas, privadas, do terceiro setor e organismos internacionais.

Figura 1 - Região de referência das análises da Força-Tarefa



Fonte primária: SEDRU/MG. Fonte secundária: Relatório Final Força-Tarefa Semad

A análise dos dados no relatório foi subdividida em temas: danos ambientais à água, ao solo e à biodiversidade; danos materiais à economia e à infraestrutura; e danos humanos à saúde e segurança, à educação, cultura e lazer e à organização cultural.

Na análise microrregional, sobre os danos ambientais à água a Força-Tarefa utilizou dados de monitoramento e análises realizados pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e pela COPASA, onde comprovaram que as características físico-químicas estavam incoerentes com a média histórica e não aprovada pelas normas para o consumo. Além da contaminação da água o problema considerado central foi o assoreamento dos rios por onde passou a lama de rejeitos e a deposição de sedimentos ao longo das margens causando problemas de abastecimento de água tanto para produção quanto para consumo. As informações sobre o solo foram contabilizadas com os trabalhos da Semad, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Com a deposição do material proveniente da lama houve uma modificação do relevo afetando a dinâmica ambiental do local, como exemplo a alteração do curso do rio modificando a dinâmica fluvial. Com as análise foram encontrados teores maiores que o normal para concentrações minerais o que favorece a baixa porosidade do solo restringindo a infiltração e o crescimento de plantas já que o solo apresentou também

valores extremamente baixos para os principais nutrientes. Nos danos sobre a biodiversidade o relatório do IBAMA estimou a devastação de 374,81 ha de cobertura ciliar ao longo das calhas dos Rios Gualaxo, Carmo e Rio Doce. Já o relatório do Instituto Estadual de Florestas (IEF) estimou impacto de 560,35 ha, sendo 384,71 ha de Mata Atlântica na área onde se encontra as barragens até a o Rio Gualaxo em direção ao Rio do Carmo, e na área do Rio Gualaxo em direção à foz do Rio Doce a estimativa do impacto é de 1.026,65 ha, sendo 126,37 de Mata atlântica.

Sobre os danos materiais à economia, o relatório traz impactos causados pela paralisação da atividade minerária e pela interrupção das atividades agropecuárias, mas ressalta que a área de referência microrregional tem pouca diversificação de atividade econômica. Em Mariana, por exemplo, 95% da atividade econômica do município representa a extração de minério de ferro. Em Barra Longa e no município de Rio Doce a atividade agropecuária é bem modesta unindo-se com as atividades de comércio e serviços. O que difere o município de Rio Doce é a presença da Usina Risoleta Neves, apresentando a produção de energia elétrica que também foi impactada. Foi feito um levantamento com informações da Junta Comercial de Minas Gerais (JUCEMG) nos municípios de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Os dados apontaram empresas do setor de comércio varejista de produtos hortifrutigranjeiros, alimento e bebidas. Essas empresas foram afetadas impactando a forma de subsistência de seus dirigentes e funcionários. Com relação ao impacto à economia rural os relatório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais (EMATER) e IEF apresentam a morte de animais, a perda de equipamentos, a perda de lavouras, paralisação na produção de leite e a produção rural retida. Os danos à infraestrutura públicas e privadas foram observadas entre a barragem rompida e a barragem de Candonga. Diversos locais ficaram sem acesso por terra por quedas de pontes, lama em excesso. Foram destruídas unidades habitacionais, unidades de saúde, escolas, estradas, etc.

Os danos humanos à saúde e segurança vão desde o atendimento aos feridos até a preocupação com a saúde psicológica dos atingidos. Os principais problemas observados pela Força-Tarefa foram: a exposição de animais a doenças, interrupção de serviços de vigilância em saúde, epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador e interrupção de serviços de segurança pública, prejuízos aos serviços públicos de saúde e insegurança quanto à criminalidade. Na questão da educação, cultura e lazer o principal problema está na

interrupção do funcionamento das escolas, seguido da perda das artes sacras e outras simbologias presentes na cultura da população afetada. Os distritos de Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu de Baixo registraram escolas que precisavam ser reconstruídas. Os alunos ficaram por alguns dias sem aula e até que fossem remanejados para outras escolas. Em Bento Rodrigues duas igrejas foram danificadas, sendo uma levada com a lama de rejeitos, e em Paracatu de Baixo uma capela foi atingida. a organização social é outra preocupação já que um dos distritos, Bento Rodrigues foi completamente destruído e deverá ser realocado. Esse tipo de problema é difícil de mensurar, pois cada indivíduo é afetado de uma forma diferente. Os principais danos observados foram: separação física dos vizinhos e grupos de uma comunidade e a interrupção/Alteração das atividades rotineiras das pessoas atingidas.

O TTAC entre a Samarco Mineração, suas acionistas Vale S. A. e BHP Billiton, o Governo Federal, os Governos Estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, e outros órgãos governamentais foi assinado em 02 de março de 2016. Esse instrumento tem o objetivo de impedir que a situação de ilegalidade continue e garantir a reparação do dano ao direito coletivo por meio da previsão de programas socioambientais e socioeconômicos que seriam elaborados, desenvolvidos e implementados por meio de uma fundação instituída pela Samarco e por suas acionistas.

Fruto da assinatura do TTAC, a Fundação Renova iniciou as atividades em 02 de agosto de 2016. Vale ressaltar que a Fundação não tem nenhuma ligação com o rompimento da barragem e tampouco representa a Samarco nem nenhuma de suas acionistas, elas apenas firmaram o compromisso de custear de todos os trabalhos de recuperação.

A atuação da Fundação se dá em três eixos temáticos: pessoas e comunidades, terra e água, reconstrução e infraestrutura. Nesses três eixos 42 programas são executados. Na página da Fundação[4] temos acesso a todos os programas de recuperação e o estágio em que se encontram. Os atos da Fundação, além de serem fiscalizados diretamente pela Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações do Ministério Público de Minas Gerais, que tem como competência verificar a prestação de contas, são fiscalizados pelo Comitê Interfederativo formado por representantes dos órgãos ambientais e de administração pública que assinaram o TTAC. A função do Comitê é direcionar e validar os atos da Fundação.

[4] Conheça os Programas. http://www.fundacaorenova.org/conheca-os-programas/

4 A FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL A PARTIR DA ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS

A Comissão Extraordinária das Barragens instituída pela ALMG faz parte do rol das comissões temporárias e, segundo o artigo 115-A do seu regimento interno, são constituídas para: I – tratar de assunto atinente à defesa de direitos coletivos; II – proceder a estudo sobre matéria determinada; III – tratar de tema relacionado à competência de mais de uma comissão permanente. (Minas Gerais. Assembleia Legislativa, 2016).

O grupo de parlamentares que participou da comissão tinha o objetivo de investigar a atividade minerária do Estado, já que grande parte de sua economia é baseada na exploração de bens minerais, mas especialmente investigar a situação das barragens de rejeitos das mineradoras, analisando causas, impactos e medidas necessárias para que a tragédia ocorrida em Mariana não se repita. O uso dessas barragens é comum no Estado. Em 2017, segundo o Inventário de Barragens do Estado de Minas Gerais elaborado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) com informações do Banco de Declarações Ambientais - BDA, foram contabilizadas 698 estruturas cadastradas.

Ao final das atividades da comissão, o relatório aprovado continha as propostas, requerimentos e recomendações dos parlamentares.

Foram aprovados, no total, 164 requerimentos, distribuídos conforme a Tabela 1.

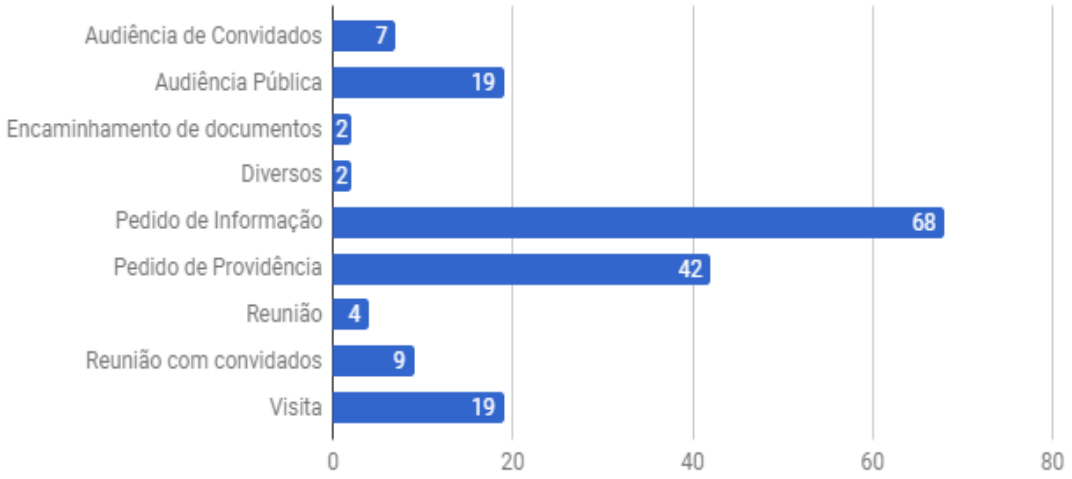
Tabela 1 - Distribuição dos Requerimentos aprovados

Classificação por Tipo de Requerimento	Número de Requerimentos
Audiência de Convidados	7
Audiência Pública	19
Diversos	2
Encaminhamento de Documentos	2
Pedido de Informação	66 (+2)
Pedido de Providência	36 (+6)
Reunião	13
Visita	19
Total	164 (172)

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório final da Comissão Extraordinária de Barragens

Dentre os pedidos de providência, quatro requerimentos foram encaminhados para mais de um destinatário, assim somaremos mais seis requerimentos nesse tipo de classificação. E dentre os pedidos de informação, um requerimento foi encaminhado para mais de um destinatário, assim, somaremos mais dois requerimentos nesse tipo de classificação.

Gráfico 1 - Distribuição por Tipo de Requerimento



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório final da Comissão Extraordinária de Barragens

Dos requerimentos aprovados do relatório, vamos nos atentar para os pedidos de informação aos quais requerem explicitamente uma resposta do destinatário e para os pedido de providência mesmo que não inclua a exigência de resposta.

Analisamos os pedido de informação a fim de identificar quais temas relativos ao desastre a comissão interessou em se informar. Já os pedidos de providência, que acreditamos serem aqueles que podem, direta ou indiretamente, interferir na agenda governamental, foram analisados tema a tema para chegar às conclusões deste trabalho.

4.1 Pedidos de Informação

Segundo os artigos 54, § 2º, e inciso II do §1º do art. 73 da Constituição do Estado de Minas Gerais, o pedido de informação integra o rol de ações de controle externo sobre as atividades da administração pública, podendo ser encaminhado ao Secretário de Estado, a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e a outras autoridades estaduais, sendo que a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa, ao Secretário importam crime de responsabilidade, e aos outros constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização. (MINAS GERAIS, 1989).

Mesmo com a normatização na Constituição Estadual, dos 68 requerimentos de pedidos de informação encaminhados a 28 destinatários dentre a administração indireta, Governo do Estado e outras autoridades estaduais e empresas privadas, apenas 28 foram respondidos. Vale ressaltar que a responsabilização, que dispõe o artigo 54 da Constituição, não recai sobre as empresas privadas.

Os pedidos de informação foram agrupados da seguinte forma:

Quadro 1 - Agrupamento dos Pedidos de Informação

Agrupamento	Destinatário
Empresas Privadas	Mineradora Anglo American Samarco Mineração S. A. Vale S. A.
DNPM[5]	DNPM
Governo do Estado	CEMIG COPAM COPASA Defesa Civil de Minas Gerais IGAM SES SeGov SUPRAM-CM
Ministério Público	MPMG MPT-MG Procuradoria Geral do MPMG PGE-MG
Outros	MMA AMM Crea-MG Fundação SOS Mata Atlântica Igetec MTPS Prefeitura de Governador Valadares

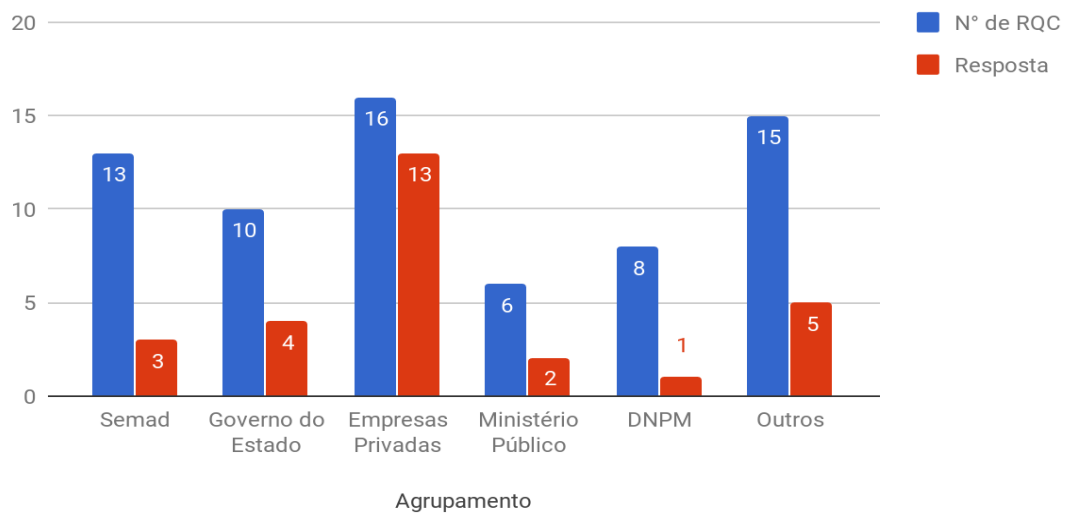
Continua

[5] A Lei n° 13.575, de 26 de dezembro de 2017, extingue o DNPM e cria a Agência Nacional de Mineração.

Agrupamento	Destinatário
Outros	Prefeitura de Conceição do Mato Dentro Superintendência Regional da PF-MG
Semad	Semad

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório final da Comissão Extraordinária de Barragens

Gráfico 2 - Agrupamento dos Pedidos de Informação



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório final da comissão extraordinária de barragens

O maior número de pedidos de informação aprovados está agrupado em "empresas privadas" (16 requerimentos), devido, sobretudo, a 14 requerimentos encaminhados para a Samarco Mineração S. A. Entretanto neste trabalho, considerando que nosso objeto é a análise da incorporação das providências apontadas para a agenda governamental, focaremos nos pedidos encaminhados diretamente ao Governo do Estado e aos seus órgãos.

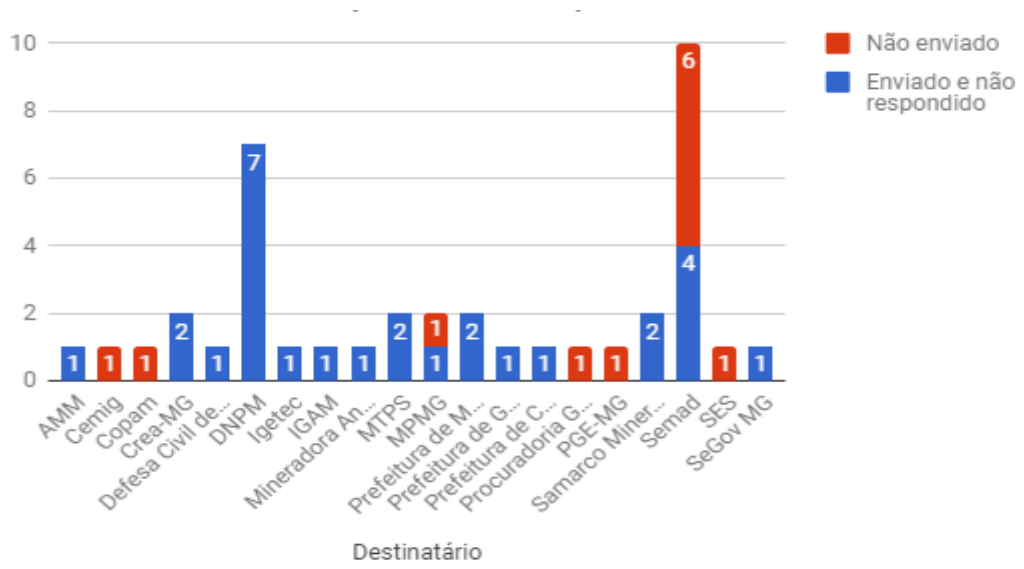
Para a Semad foram aprovados 13 requerimentos. Essa secretaria coordena a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente além de gerenciar os recursos hídricos. Conforme o Decreto 47.042, de 06 de setembro de 2016, à Semad compete, dentre outras atividades, o emprego de normas relativas à conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais e ao controle das atividades e dos empreendimentos tidos como efetivos ou potencialmente poluidores ou capazes de causar degradação ambiental. Dos treze requerimentos encaminhados, três foram respondidos.

Vale destacar o número de requerimentos aprovados (8 requerimentos) para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), já que na época era um órgão de suma importância para a atividade mineral em todo país. O extinto DNPM, criado pela Lei n° 8.876, de 02 de maio de 1994, tinha por finalidade, segundo a lei, promover o planejamento e o fomento da exploração mineral e do aproveitamento dos recursos minerais e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o Território Nacional. A Lei n° 13.575, de 26 de dezembro de 2017, extingue o DNPM e cria a Agência Nacional de Mineração que, segundo a lei, observará e implementará as orientações e diretrizes fixadas no Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967), em legislação correlata e nas políticas estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia, e terá como finalidade promover a gestão dos recursos minerais da União, bem como a regulação e a fiscalização das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais no País. Dos oito requerimentos encaminhados, um foi respondido.

Os requerimentos que não foram respondidos foram classificados entre aqueles que o ofício da Mesa da ALMG foi enviado e não foi respondido, e entre os ofícios que não foram enviados pela Mesa.

Dos 40 requerimentos sem respostas 28 foram enviados e não respondidos, e 12 não foram enviados quer por estarem aguardando apreciação do requerimento em Plenário ou por estarem aguardando parecer da Mesa.

Gráfico 3 - Distribuição de Pedidos de Informação sem resposta



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório final da Comissão Extraordinária de Barragens e do site da ALMG

4.1.1 Temas dos requerimentos de informação destinado do Governo do Estado

Os requerimentos de informação aprovados e destinados ao Governo do Estado e aos seus órgãos se resumem em nove temas, distribuídos conforme tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição dos Requerimentos de Informação aprovados destinados ao Governo do Estado e aos seus órgãos por Tema

	Tema dos Requerimentos de Informação	Número de Requerimentos
1	Barragens existentes	2
2	Causas e consequências	1
3	Efeitos do desastre	4
4	Lançamento de rejeitos	1
5	Licenciamento	8
6	Providências Preventivas	1
7	Saúde Pública	1
8	Segurança	4

Continua

	Tema dos Requerimentos de Informação	Número de Requerimentos
9	Situação de usina	1
	Total	23

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório final da Comissão Extraordinária de Barragens

Percebe-se que a maior parte dos requerimentos de informação se concentraram nas questões de licenciamento (8 requerimentos) e de segurança e efeitos de desastre (4 requerimentos cada tema), seguidos de barragens existentes (2 requerimentos) e causas e consequências, lançamentos de rejeitos, providências preventivas, saúde pública e situação de usina (1 requerimento cada tema).

Sobre "licenciamento", dos oito requerimentos aprovados, sete foram destinados à Semad, e um ao Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). A comissão das barragens, dentre outras informações, além da iniciativa de conhecer sobre o processo de licenciamento das barragens de rejeito de mina do complexo Germano, da Samarco, em Mariana, solicitou informações sobre os processos de licenciamento ambiental de todas as barragens de rejeitos licenciadas pelo Estado de Minas Gerais, qual era o prazo considerado normal para a concessão da licença ou da renovação da licença de operação e no caso de Mariana, se existiam denúncias ou relatórios de presença de problemas técnicos na Barragem do Fundão à época da renovação de sua licença de operação, em 2013. Em caso de desastres, a comissão solicitou informações sobre, se dentre os condicionantes para o licenciamento havia previsão de ações de relacionamento das empresas com a população vizinha aos empreendimentos, a fim de subsidiar plano de emergência.

No tema "segurança" foram quatro requerimentos sendo um a cada destinatário: COPASA, Governo do Estado, Semad e Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana (SUPRAM-CM). A COPASA foi solicitado informações sobre a barragem Várzea das Flores, situada na região metropolitana de Belo Horizonte. A comissão se interessou em saber se há um plano de evacuação da área abrangida pela barragem e se as explosões realizadas na pedreira situada naquela localidade representam riscos à estabilidade da barragem. Na intenção de evitar que ocorram mais mortes, foi solicitado ao Governo do Estado informações sobre as medidas de segurança adotadas, principalmente para o Município de Barra Longa, em face do risco de rompimento de outras barragens de rejeitos na região. Para a Semad a solicitação foi de informações sobre as

barragens pertencentes a mineradora Anglo American no que cabe às condições de operação e de estabilidade da barragem de rejeitos. E por fim, a comissão se interessou em ter informações da SUPRAM-CM sobre a segurança na unidade operacional de Germano, feita a partir dos estudos sobre os impactos da sobreposição de áreas diretamente afetadas da Barragem do Fundão e da pilha de estéril União da Mina de Fábrica Nova da Vale.

Três requerimentos solicitaram informações sobre o tema "efeitos do desastre", um a Defesa Civil de Minas Gerais, um ao IGAM, e um a Semad. As informações solicitadas, dentre outras, foram sobre as consequências do rompimento das barragens de Fundão e Santarém para o meio ambiente e para os recursos hídricos nacionais e especialmente a bacia do Rio Doce e subterrâneas nos próximos anos; quantos municípios e localidades foram atingidos no Estado de Minas Gerais; qual o número de mortos e desaparecidos por localidade; qual o número de desabrigados por localidade; quais são as condições de alojamento dos desabrigados por localidade, enfim, informações sobre as consequências do rompimento da barragem.

Os dois requerimentos sobre o tema "barragens existentes" foram destinados à Semad, e solicitaram informações sobre vários aspectos das barragens existentes no Estado, tais como: capacidade de armazenamento e a já utilizada, a regularidade e o estágio de licenciamento ambiental; a empresa ou empreendedor responsável, dentre outros. A comissão ainda solicitou uma relação das barragens rompidas nos últimos 48 meses no Estado informando o município e o nome das empresas responsáveis.

Sobre o tema "providências preventivas" a comissão solicitou a Defesa Civil de Minas Gerais sobre o que está sendo feito, mediante a aproximação do período de chuvas, para a prevenção de possíveis alagamentos na região atingida pelo rompimento da barragem.

Nos temas "causas e consequências" e "lançamento de rejeitos", a comissão solicitou a Semad, alguns dias após o rompimento da barragem, informações sobre o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração S.A. Solicitou também informações sobre a análise do material da barragem de rejeitos de Germano quanto a sua qualidade e fluidez.

Sobre "saúde pública" foi solicitado a SES informações sobre o Plano Emergencial de Saúde e Vigilância Sanitária para as regiões afetadas pela contaminação do Rio Doce.

E por fim, no tema “situação de usina”, a informação solicitada foi destinada a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), sobre a situação da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves – Candonga – e as iniciativas para a sua recuperação, já que os rejeitos oriundos do rompimento da barragem de Fundão foram parar nos arredores da Usina Hidrelétrica de Candonga.

4.2 Pedidos de Providência

Dos 164 requerimentos aprovados no relatório da comissão, 36 são pedidos de providência. Três requerimentos foram encaminhados para mais de um destinatário, assim, temos 42 pedidos de providência, sendo que 20 tiveram resposta, lembrando que a obrigatoriedade em responder a Mesa da ALMG recai somente para os pedidos de informação e não recai sobre as empresas privadas.

Os pedidos de providência foram agrupados da seguinte forma:

Quadro 2 - Agrupamento dos Pedidos de Providência

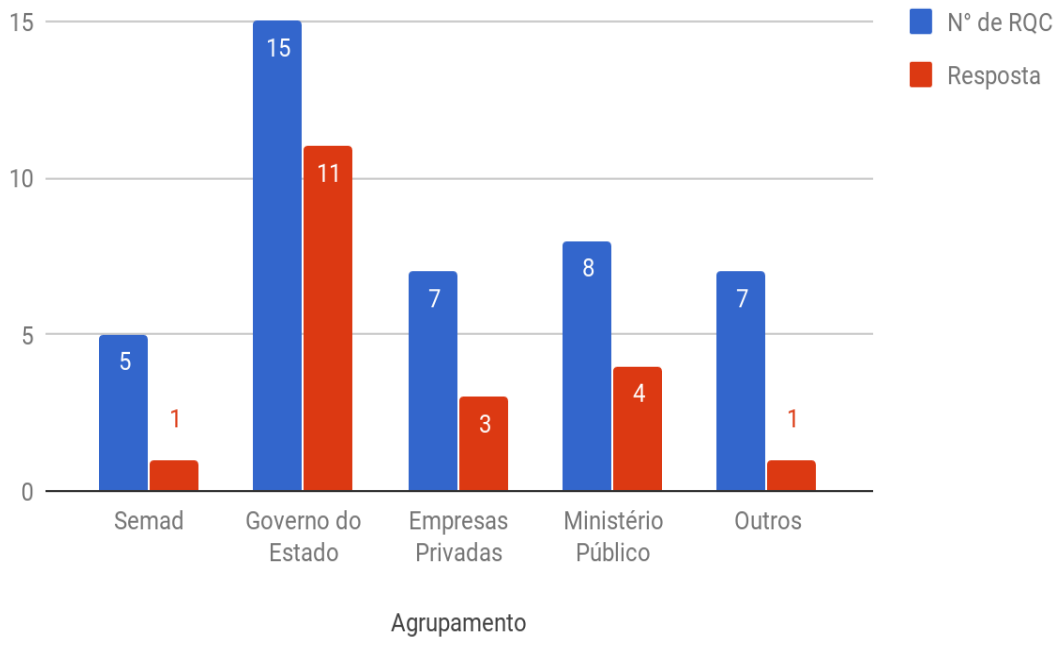
Agrupamento	Destinatário
Empresas Privadas	BHP Billinton
	Instituto Majoritário de Pesquisas e Estatísticas – Imape
	Samarco Mineração S. A.
	Vale S. A.
Governo do Estado	Advocacia-Geral do Estado
	CEMIG
	COPASA
	Defesa Civil de Minas Gerais
	Mesa de Negociações de Conflitos Urbanos e Agrários do Poder Executivo
	SEE/MG

Continua

Agrupamento	Destinatário
Governo do Estado	SEDS
	SES
Semad	Semad
Ministério Público	CAO-DH MP Defensoria Pública de MG Grupo Especial de Defesa da Fauna – Gedef Promotoria de Justiça da Bacia do Rio Doce Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Valadares Promotoria de Justiça da Comarca de Ponte Nova
Outros	Advocacia-Geral da União Crea - MG (Autarquia federal) Deputados Federais e Senadores IBAMA (Órgão Federal) Prefeitura de Barra Longa Prefeitura de Governador Valadares Superior Tribunal de Justiça

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório final da Comissão Extraordinária de Barragens

Gráfico 4 - Agrupamento dos Pedidos de Providência

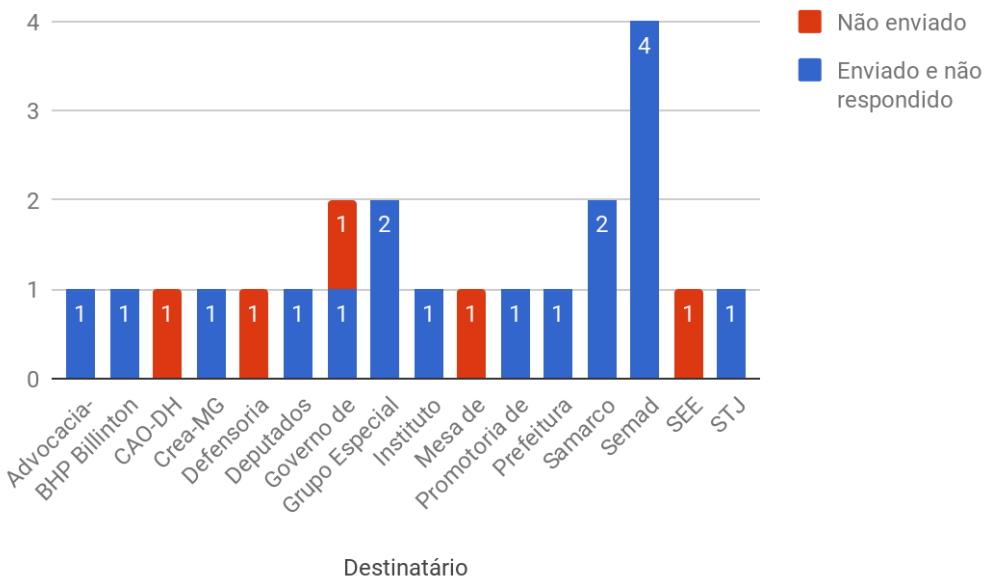


Fonte: Elaboração própria a partir do relatório final da Comissão Extraordinária de Barragens

O maior número de encaminhamento dos pedidos de providência foi para o Governo do Estado (15 requerimentos). Vale ressaltar o número de requerimentos aprovados para a Semad (cinco requerimentos), por ser um significativo órgão do governo em se tratando de meio ambiente.

Dos 22 requerimentos de providência sem respostas 17 foram enviados e não respondidos, e cinco não foram enviados quer por estarem aguardando apreciação do requerimento em Plenário ou por estarem aguardando parecer da Mesa.

Gráfico 5 - Pedidos de Providência sem Respostas



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório final da Comissão Extraordinária de Barragens

4.2.1 Análise tema a tema dos requerimentos de providência destinados ao Governo do Estado e Semad

Com intuito de identificar quais temas foram incorporados à agenda governamental, ou que não o foram, a partir da tragédia de Mariana, analisaremos os requerimentos de providência destinados ao Governo do Estado e Semad tema a tema. Restringimos, portanto, ao Governo do Estado de Minas Gerais, considerando ser este o ente cuja atuação deve ser diretamente fiscalizada pela ALMG. Dessa forma, os requerimentos resumem em 13 temas, distribuídos conforme tabela 3.

Tabela 3 - Tema dos Requerimentos de Providência

	Tema dos Requerimentos de Providência	Destinatários	Número de Requerimentos
1	Ações sociais	Governo do Estado	3
2	Ambulância	Governo do Estado	1
3	Animais	Governo do Estado	1
4	Defensor Público	Governo do Estado	2
5	Efeitos do Desastre	Governo do Estado	1
		Semad	1
6	Força-Tarefa	Semad	1
7	Impactos da Mineração	Semad	1
8	Isenção de Taxas	Governo do Estado	4
9	Recursos para a Solução das Consequências	Governo do Estado	1
10	Revitalização	Semad	1
11	Sedimentação de Rejeitos	Governo do Estado	1
12	Segurança	Semad	1
13	TAC	Governo do Estado	1
	Total		20

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório final da Comissão Extraordinária de Barragens

Ações Sociais

Três requerimentos foram aprovados com este tema, destinados ao Governo do Estado.

O RQC 4275/15 solicitou providência à Mesa de Negociações de Conflitos Urbanos e Agrários do Poder Executivo com respeito às negociações com os atingidos pelo rompimento, para que contemplem as seguintes obrigações, que deveriam ser viabilizadas pelas empresas Samarco Mineradora e Vale S.A.: pagamento de salário mínimo a cada pessoa atingida pelo rompimento das barragens no Município de Mariana; fornecimento de moradia temporária para os desabrigados e reconstrução das comunidades atingidas em Mariana e região, com observância dos seus interesses; e garantia de emprego para trabalhadores e

terceirizados da empresa Samarco Mineração através do TTAC. O requerimento foi aprovado em 18/11/15 e não foi encaminhado ofício em resposta à ALMG.

A Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, nome correto, foi instituída pelo Decreto NE n° 203 de 1º julho de 2015 assinado pelo Governador Fernando Pimentel. De acordo com o artigo 1° do decreto a Mesa de Diálogo foi instituída para "para promover debates e negociações com o intuito de prevenir, mediar e solucionar de forma justa e pacífica, os conflitos em matéria socioambiental e fundiária, mediante a participação dos setores da sociedade civil e do Governo diretamente envolvidos".

Conforme o artigo 5° do decreto "os órgãos e entidades participantes da Mesa de Diálogo promoverão a sua divulgação em seus sítios eletrônicos e outros meios de comunicação, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis", assim, para encontrarmos informações de ações realizadas, tomando como base o RQC, foi analisado o endereço eletrônico das entidades participantes no que cabe às suas atividades e as atividades da Fundação Renova, responsável pela execução dos programas estabelecidos no TTAC.

Com respeito ao pagamento de salário mínimo, uma notícia veiculada no site da Samarco no dia 02 de dezembro de 2015 informou que no dia 30 de novembro do mesmo ano iniciou a distribuição de cartões de auxílio financeiro para as famílias impactadas. Essa distribuição foi feita com os cadastros realizados pela empresa e pela Defesa Civil. O auxílio foi de um salário mínimo para cada família mais 20% do salário mínimo por dependente e uma cesta básica no valor de R$ 338,61. De acordo com o relatório anual de atividades da Fundação Renova de 2017, 8.282 auxílios são pagos mensalmente assistindo a 19.720 pessoas. Sobre o fornecimento de moradia temporária para os desabrigados e reconstrução das comunidades atingidas, o site da Samarco publicou no dia 12 de dezembro de 2015 que 50% das famílias desabrigadas foram transferidas para residências temporárias alugadas pela empresa, aumentando esse atendimento em 99,7% até 25 de dezembro de 2015. A respeito da garantia de emprego para trabalhadores e terceirizados a assinatura do TTAC assegura essa garantia, conforme publicação do site do Ministério Público do trabalho de Mina Gerais[6], até 1° de março de 2016 contemplando 2.686 empregados diretos da Samarco e 2.400 terceirizados dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Uma notícia veiculada no jornal O Tempo informou que a Samarco prorrogou essa garantia até o dia 25 de abril de 2016.

[6] MPT e Samarco fecham acordo com garantias para empregados, terceirizados e ribeirinhos. http://www.prt3.mpt.mp.br/procuradorias/prt-belohorizonte/537-mpt-e-samarco-fecham-acordo-para-proteger-trabalhadores-e-ribeirinhos

O RQC 4560/15 solicitou à SES providências para criação de uma força-tarefa com profissionais de saúde para atender a população dos distritos do Município de Mariana e dos demais municípios atingidos pelo rompimento da barragem administrada pela Samarco Mineração S.A., tendo em vista os relatos de perturbação psicológica e de doenças de veiculação hídrica que possam vir a ocorrer em virtude dessa tragédia. O RQC foi aprovado na comissão em 01/12/15 e o ofício em resposta ao pedido de providências foi encaminhado à ALMG em 21/06/16.

A SES respondeu que a Coordenação Estadual de Urgência e Emergência (CEUE) no mesmo dia do acidente, dia 05 de novembro, disponibilizou uma equipe de profissionais da saúde para o atendimento da população atingida e que, ao chegarem no local, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) do município de Ouro Preto já estava atuando nos primeiros atendimentos. Além da articulação com hospitais da região para a disponibilidade de leitos, a equipe da CEUE organizou a logística de entrega e distribuição de medicamentos, vacinas e materiais para assistência à saúde para Mariana, Barra Longa e outros Distritos. A equipe permaneceu no local do primeiro dia, 05 de novembro, até o dia 13 de novembro atuando nas primeiras horas do acidente até o momento que foi evidenciado a mudança de cenário. Após a atuação da equipe o trabalho se concentrou na vigilância epidemiológica e sanitária, bem como no monitoramento das vítimas a longo e médio prazos.

O RQC 4889/16 encaminhou à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais pedido de providências com vistas à celeridade na conclusão dos laudos relativos às edificações, em particular as residenciais, em que sejam também abrangidos os prédios comerciais atingidos pelos rejeitos do rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco Mineração S.A., priorizando-se o Município de Barra Longa, tendo em vista que o ressarcimento e eventuais reassentamentos dos atingidos dependem desses laudos conclusivos. O RQC foi aprovado na comissão em 16/02/16 e o ofício em resposta ao pedido de providências foi encaminhado à ALMG em 19/05/16.

Em resposta o Gabinete Militar do Governador e Coordenadoria de Defesa Civil informou que conforme o art. 8°, inciso XIII, da Lei N°12.608, de 12 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDE), define como competência do município a avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres. Assim sendo, o

mesmo requerimento foi encaminhado à Defesa Social das prefeituras das cidades atingidas pelo rompimento, mas não foi encaminhado resposta dos municípios à ALMG.

Importante lembrar que, o relatório final da Força-Tarefa traz o levantamento socioeconômico dos 35 municípios diretamente afetados pelo rompimento da barragem. As informações levantadas foram enviadas pelos próprios municípios por meio de formulários disponibilizados pela Força-Tarefa a cada um deles.

Ambulância

Um único requerimento, RQC 4392/15, destinado à SES, foi aprovado com esse tema solicitando providências para a destinação de uma ambulância, em caráter emergencial, para o Município de Barra Longa, atingido pelo rompimento das barragens de rejeitos no Município de Mariana. O RQC foi aprovado na comissão em 24/11/15 e o ofício em resposta ao pedido de providências foi encaminhado à ALMG em 12/07/16.

A SES respondeu que em abril de 2016 foi destinada uma ambulância para o município de Barra Longa.

Animais

Um requerimento destinado à Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) foi aprovado com esse tema.

O RQC 4270/15 solicitou à SEDS providências para realização de sobrevoo de varredura, com filmagem, na área atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco, em Mariana, em altitude capaz de detectar a presença de animais, o seu estado, bem como o georreferenciamento de sua localização com plano de resgate e atendimento aos animais atingidos pela tragédia. O RQC foi aprovado na comissão em 18/11/15 e o ofício em resposta ao pedido de providências foi encaminhado à ALMG em 30/03/16.

Em resposta a secretaria respondeu com um ofício do CBMMG informando que o sobrevoo, de quatro horas, poderia ser realizado com até dois representantes da comissão. Sobre o plano de resgate e atendimento aos animais atingidos a informação é que não teriam condições para tal.

Em março 2016 a Samarco publicou em seu site que para atender ao TTAC a empresa mantém um local e uma equipe para cuidar da saúde e bem-estar dos animais, além de realizar ações como castração, identificação, vacinação e eventos de adoção. No relatório anual de atividades de 2017 a Fundação Renova informa a realização de oito (8) eventos de adoção no município de Mariana. Os animais que não são adotados ficam sob a guarda da Fundação.

Defensor Público

Dois requerimentos foram aprovados com este tema, destinados ao Governo do Estado.

O RQC 4287/15 e o RQC 4888/16 solicitaram providências ao Governo do Estado para que proceda à nomeação de um defensor público estadual para a Comarca de Mariana e para os demais municípios atingidos pelo rompimento da barragem da empresa Samarco Mineração S.A. nos quais a presença da Defensoria Pública seja deficiente. O RQC 4287/15 foi aprovado em 18/11/15 e o ofício em resposta à ALMG foi encaminhado em 26/01/16. O RQC 4888/16 foi aprovado em 16/02/16 e o ofício em resposta à ALMG foi encaminhado em 19/05/16.

A resposta dada ao RQC 4287/15 pela Secretaria de Estado, Planejamento e Gestão informava que conforme Orientação Técnico-Jurídica AGE n°01/2015, está vedado o provimento de cargo público, admissão ou contratação a qualquer título, salvo casos nas áreas de educação, segurança e saúde, conforme Inciso IV do Parágrafo Único do Artigo 22 da Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Para o RQC 4888/16 a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais respondeu com um ofício da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais informando que não é possível designar definitivamente Defensor Público para a Comarca de Mariana devido a superação do limite prudencial pelo Poder Executivo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ainda informou que a assistência aos atingidos pelo evento vem sendo prestada de forma coletiva pela Defensoria Pública Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais de Belo Horizonte.

Segundo publicação no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais[7] no dia 14 de fevereiro de 2017 foi inaugurada uma unidade da Defensoria Pública foi instalada em Mariana beneficiando nove (9) distritos. A defensoria atua nas áreas cível, de família, da infância e da juventude e nos juizados especiais cíveis.

Efeitos de desastre

Um requerimento foi aprovado com esse tema, destinados à Advocacia-Geral do Estado.

O RQC 4905/16 encaminhou à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para que as iniciativas relativas a danos socioeconômicos decorrentes do rompimento da Barragem do Fundão sejam mantidas no âmbito de atuação das Promotorias de Justiça das Comarcas de Mariana e de Ponte Nova, que englobam os Municípios de Mariana, Barra Longa e os Distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, não integrando as negociações em curso com as empresas Samarco, Vale e BHP. O requerimento foi aprovado em 01/12/15 e o ofício em resposta à ALMG foi encaminhado em 19/05/16.

A Advocacia-Geral do Estado respondeu que o acordo feito com as empresas envolvidas segue as próprias diretrizes do Conselho Nacional de Justiça sobre conciliação. Informou que a Fundação será controlada por um Comitê Interfederativo que fiscalizará as atividades previstas no TTAC.

Força-Tarefa

Sobre esse tema foram aprovados dois requerimentos destinados à Semad solicitando providências com vistas a incluir a ALMG na força-tarefa, presidida por essa secretaria.

O RQC 4584/15 foi aprovado na comissão em 21/12/15 e o ofício em resposta ao pedido de providências foi encaminhado à ALMG em 29/01/16.

A Semad respondeu solicitando a indicação de um representante titular e suplente da ALMG para comporem a Força-Tarefa, mas não foi encontrado informações de quais representantes a ALMG indicou a Semad.

[7] Unidade da Defensoria Pública é instalada em Mariana. http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/unidade-da-defensoria-publica-e-instalada-em-mariana.htm#.WxlR8zQvzIU

O RQC 4587/15 foi aprovado em 01/12/15 e não foi encaminhado ofício em resposta à ALMG tampouco foram encontradas informações que indicassem a participação da ALMG na Força-Tarefa.

Impactos da mineração

Um único requerimento, RQC 4883/16, foi aprovado com esse tema solicitando à Semad providências para que seja realizado levantamento técnico completo sobre o conjunto de impactos produzidos em termos de rebaixamento dos lençóis freáticos na Bacia do Rio Paraopeba, em razão da adoção da tecnologia de abertura de cavidades por parte das empresas mineradoras. O requerimento foi aprovado em 16/02/16 e não foi encaminhado ofício em resposta à ALMG.

Não foram encontradas as informações sobre o levantamento de impactos nos lençóis freáticos na Bacia do Rio Paraopeba.

Isenção de taxas

Dois requerimentos foram aprovados com esse tema, sendo que um foi encaminhado a três destinatários: Governo do Estado, CEMIG e COPASA, o outro foi encaminhado ao Governo do Estado.

O RQC 4268/15 encaminhou ao governador do Estado pedido de providências para a concessão de isenção das taxas para emissão de segunda via de documentos de trânsito, Documento Único de Transferência (DUT) e de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) aos moradores dos municípios atingidos pelo rompimento das barragens da empresa Samarco Mineração. O RQC foi aprovado em 18/11/15 e não foi encaminhado para o destinatário.

O site da Agência Minas Gerais publicou em 12 de novembro de 2015 que a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania intensificou um mutirão para emissão de documentos básicos tais como certidões de nascimento ou casamento, carteiras de identidade e CPFs, não especificando sobre DUT e CNH. Até a data da publicação mais de 200 documentos já haviam sido emitidos.

O RQC 4949/16 encaminhado ao Governo do Estado, à CEMIG e à COPASA solicitaram providências para a concessão de isenção de tarifas públicas de fornecimento de energia elétrica, abastecimento hídrico e esgotamento sanitário, por um prazo de 180 dias, para todas as unidades residenciais e comerciais consumidoras dos municípios mineiros

atingidos pelo rompimento das barragens do complexo minerário da Samarco Mineração, conforme inventário atualizado de municípios atingidos elaborado pela Defesa Civil. O requerimento foi aprovado em 17/02/16 e recebeu resposta de todos os destinatários.

O Governo do Estado encaminhou ofício em resposta à ALMG em 19/05/16 elaborado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (SEDRU), informando do encaminhamento da solicitação à COPASA e à CEMIG.

A CEMIG encaminhou ofício em resposta à ALMG em 04/04/16, informando que é impossível a viabilização da isenção pelo fato da empresa ser disciplinada pelo órgão regulador do setor elétrico, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e lembrou que a solicitação está em conformidade com as decisões pactuadas no TTAC acreditando que a cobertura financeira aos atingidos será dada.

A COPASA encaminhou ofício em resposta à ALMG em 14/09/16, respondendo que o rompimento da barragem danificou os sistemas, mas que tomou providências imediatas para a regularização do abastecimento de água. Com essas ações não houve interrupção da prestação dos serviços. Informou ainda que a Samarco arcou com o pagamento das contas de água do município de Barra Longa nos meses de novembro e dezembro de 2015.

Recursos para solução das consequências

Um requerimento foi aprovado com esse tema, destinado à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

O RQC 4410/15 solicitou à SEE/MG pedido de providências para a liberação de recursos, em caráter de urgência, para atender a Escola Estadual Padre Epifânio Gonçalves, no Município de Barra Longa, danificada pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco. O RQC foi aprovado em 24/11/15 e não foi encaminhado para o destinatário.

Não foram encontradas as informações sobre a liberação de recursos em caráter de urgência para a escola.

No relatório da Samarco de março 2016 é informado da conclusão da reforma da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves além do recebimento do mobiliário, computadores e materiais escolares como canetas, lápis e outros itens.

As cláusulas 89 a 94 do TTAC tratam da recuperação das escolas e da reintegração da comunidade escolar. O programa 011 da fundação é o responsável pelo atendimento das cláusulas. Em dezembro de 2016 foi entregue uma nova escola para a comunidade de Gesteira, distrito de Barra Longa, Escola Municipal Gustavo Capanema, que atende alunos dos ensinos infantil e fundamental 1.

Revitalização

Um requerimento foi aprovado com esse tema, destinado à Semad.

O RQC 4284/15 encaminhou à Semad pedido de providências para que sejam adotadas ações urgentes destinadas à revitalização das sub-bacias hidrográficas dos tributários do Rio Doce, em especial dos cursos d'água com foz a montante do acidente de Mariana, necessários à recuperação dos danos verificados à biodiversidade e aos recursos hídricos. O requerimento foi aprovado em 18/11/15 e não foi encaminhado ofício em resposta à ALMG.

As cláusulas 161, 162 e 163 do TTAC preveem a recuperação das Áreas de Preservação Permanentes (APPs) degradadas do Rio Doce não se limitando nas subbacias dos rios por meio da execução de projetos de produção de sementes e de mudas de espécies nativas florestais, e a recuperação de 5000 nascentes a serem definidas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce que faz parte do Comitê Interfederativo que fiscaliza as ações da Fundação Renova acompanhando as atividades de revitalização do manancial.

Os programas 026 “Recuperação de Áreas de Preservação” e o 027 “Recuperação de Nascentes” da Fundação Renova são os responsáveis pelo atendimento das cláusulas. A primeira etapa de plantio em 511 nascentes foi concluída, atendendo assim o acordado no TTAC.

O programa 028 “Conservação da Biodiversidade” atende as cláusulas 164, 165 e 166 do TTAC. Essas cláusulas preveem estudos populacionais da ictiofauna de água doce da calha e tributários do Rio Doce e monitoramento da fauna da foz do Rio Doce. O estudo estava previsto no TTAC para entrega até o último dia útil de dezembro de 2016, mas segundo o relatório, o plano de trabalho para os estudos foi entregue em março de 2017.

Sedimentação de rejeitos

Um requerimento foi aprovado com esse tema, destinado ao Governo do Estado.

O RQC 4473/15 solicitou ao governador do Estado pedido de providências para a realização de estudos sobre a viabilidade de utilizar o produto Ecosolid, que é produzido em Minas Gerais, ou semelhante, com a finalidade de sedimentar os rejeitos das barragens de Santarém e Germano, no Município de Mariana, medida emergencial para diminuir a fluidez dos resíduos das barragens que se encontram em risco de rompimento, com índices de segurança inferiores aos indicados em norma. O requerimento foi aprovado em 24/11/15 e não foi encaminhado ofício em resposta à ALMG.

Até o encerramento deste trabalho não foram encontrados estudos de algum órgão do governo sobre a utilização do produto para a sedimentação dos rejeitos de barragens.

As cláusulas 154 a 157 do TTAC prevê a construção de estruturas emergenciais de contenção de sedimentos ou sistemas de tratamento. De acordo com o Relatório CIF Novembro/15 a Março/16 da Fundação Renova, a construção de alguns diques de contenção de sedimentos foram concluídas e outros estavam em fase de engenharia e aprovação. O programa 023 "Manejo de Rejeitos" é responsável por realizar estudos de avaliação e manejo de rejeitos, e o programa 024 "Implantação de Sistemas de Contenção dos Rejeitos e de Tratamento In Situ dos Rios Impactados" é responsável por construir e operar estruturas de contenção de sedimentos.

Segurança

Um requerimento foi aprovado com esse tema, destinado à Semad.

O RQC 4876/16 encaminhou à Semad pedido de providências para que seja realizada avaliação imediata do índice de segurança das barragens de rejeito de mineração situadas na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba, a montante do Sistema Rio Manso, e, em especial, as do Complexo Minerário Serra Azul; e que sejam paralisadas as barragens de rejeitos a montante dos reservatórios de Rio Manso e Serra Azul. O requerimento foi aprovado em 16/02/16 e não foi encaminhado ofício em resposta à ALMG.

Não foram encontradas as informações sobre realização de avaliação imediata das barragens.

Termo de Transação de Ajustamento de Conduta

Um requerimento foi aprovado com esse tema, destinado ao Governo do Estado.

O RQC 4563/15 solicitou ao governador do Estado pedido de providências com vistas a determinar equipe governamental para analisar os termos do ajuste com a Samarco Mineração S.A., tendo em vista a indenização pelo desastre das barragens do Município de Mariana, com a inclusão dos seguintes assuntos na pauta dos temas em discussão: elaboração de um plano de recuperação do Rio Doce; projetos e construção de nova captação dos Rios Suaçuí Pequeno e Suaçuí Grande, no Município de Governador Valadares; e instalação de laboratório para análise de metais pesados na água nesse Município. O requerimento foi aprovado em 01/12/15 e o ofício em resposta à ALMG foi encaminhado em 22/02/16.

Em resposta, a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais encaminhou um ofício da Semad informando da Força-Tarefa instituída pelo Governador do Estado com o objetivo de avaliar os efeitos e desdobramentos do rompimento da barragem. Informou também do ajuizamento de uma ação civil pública em desfavor de Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton contendo medidas de urgência voltadas à recuperação e reparação dos danos socioambientais decorrentes do rompimento da barragem.

Os programas 026 “Recuperação de Áreas de Preservação” e o 027 “Recuperação de Nascentes” da Fundação Renova atendem as cláusulas 161, 162 e 163 do TTAC que preveem a recuperação das APPs degradadas do Rio Doce, e o programa 038 “Monitoramento da Bacia do Rio Doce” da Fundação Renova abrange as cláusulas 177, 178 e 179 que preveem o programa de monitoramento quali-quantitativo sistemático de água e sedimentos, de caráter permanente.

Quadro 3 - Consolidação dos Desfechos Dados aos Requerimentos de Providência pelo Governo do Estado

Temas dos Requerimentos de Providência	RQC	Providência já havia sido tomada	Providência tomada após o RQC	Providência não foi tomada
Ações sociais	RQC 4275/15		X	
	RQC 4560/15	X		
	RQC 4889/16	X		
Ambulância	RQC 4392/15		X	

Continua

Temas dos Requerimentos de Providência	RQC	Providência já havia sido tomada	Providência tomada após o RQC	Providência não foi tomada
Animais	RQC 4270/15		X	
Defensor Público	RQC 4287/15		X	
	RQC 4888/16		X	
Efeitos do Desastre	RQC 4905/16			X
Força-Tarefa	RQC 4584/15			X
	RQC 4587/15			X
Impactos da Mineração	RQC 4883/16			X
Isenção de Taxas	RQC 4268/15			X
	RQC 4949/16			X
Recursos para a Solução das Consequências	RQC 4410/15			X
Revitalização	RQC 4284/15		X	
Sedimentação de Rejeitos	RQC 4473/15			X
Segurança	RQC 4876/16			X
TTAC	RQC 4563/15		X	

Fonte: Elaboração própria.

5 CONCLUSÃO

O ciclo da política pública é formado por várias etapas: a identificação do problema; a inclusão na agenda governamental; a tomada de decisão; a implementação e avaliação dos impactos causados. O Poder Legislativo abrange todas as etapas visto que parte do planejamento das políticas precisam de leis aprovadas. Além da aprovação de leis o Parlamento deve fiscalizar a implementação das políticas públicas pelo Poder Executivo de forma a aferir até que ponto as leis aprovadas estão sendo cumpridas.

O artigo 2° da Constituição Federal de 1988 afirma que os poderes da União são independentes, mas devem agir de forma harmônica entre si. (BRASIL, 1988). Desse artigo, podemos inferir que o Poder Executivo deve tomar suas ações em consonância com o Poder Legislativo em todas as fases das políticas públicas.

A Comissão Extraordinária das Barragens da ALMG foi instaurada como o objetivo de deliberar sobre proposições para a mitigação das consequências sociais, ambientais e econômicas causadas pelo acidente e identificação de responsáveis, além de estudar soluções para que problemas como esse não voltem a ocorrer. Dessa forma, tendo como pressuposto a atuação do Poder Legislativo na definição da agenda governamental, o trabalho buscou identificar quais temas, tomando como base os requerimentos aprovados no relatório final da comissão, fizeram parte da agenda do governo. Foi possível notar a inclusão de 50% dos requerimentos de providência na agenda governamental.

O relatório da Força-Tarefa instituída pelo governador do Estado que avaliou os efeitos e os desdobramentos do rompimento da barragem responde muitos questionamentos da comissão nas questões de causas e consequências e efeitos do desastre reunindo informações de relatórios de vários órgãos do governo. O TTAC, assinado quatro meses depois do rompimento da barragem, atende a metade pedidos de providência da comissão, e os pedidos de providência não atendidos não tem uma ação necessariamente negativa em se tratando do desastre.

Os temas incluídos na agenda governamental, tendo como base as solicitações de providência da ALMG mediante a Comissão Extraordinária de Barragens foram:

- Ações Sociais: pagamento de salário mínimo às famílias atingidas; moradia temporária; garantia de emprego para os trabalhadores da Samarco; profissionais

da saúde para atendimento da população; conclusão dos laudos relativos às edificações para ressarcimento.

- Ambulância: disponibilização de uma ambulância no município de Barra Longa.
- Animais: resgate e cuidados.
- Defensor Público: a princípio as respostas não atenderam aos pedidos, mas nove meses após das respostas foi instalada uma unidade da Defensoria Pública em Mariana.
- Revitalização: das sub-bacias hidrográficas do Rio Doce e da biodiversidade;
- TTAC: indenização, plano de recuperação, laboratórios para análises da água.

Percebemos que a maior parte dos temas incluídos para decisão fazem parte do TTAC e os que não fizeram parte, ambulância e defensoria pública, o Estado já tinha uma estrutura administrativa pronta para atender.

Os temas não incluídos na agenda foram:

- Efeitos do desastre: iniciativas relativas a danos socioeconômicos sejam mantidas no âmbito de atuação das Promotorias de Justiça das Comarcas de Mariana e de Ponte Nova.
- Força-Tarefa: inclusão da ALMG na força-tarefa.
- Impactos da Mineração: levantamento técnico sobre o conjunto de impactos produzidos na Bacia do Rio Paraopeba.
- Isenção de taxas: isenção das taxas para emissão de segunda via de documento de trânsito e isenção de tarifas públicas de fornecimento de energia elétrica, abastecimento hídrico e esgotamento sanitário.
- Recursos para a Solução das Consequências: liberação de recursos, em caráter de urgência, para atender a Escola Estadual Padre Epifânio Gonçalves, no Município de Barra Longa.
- Sedimentação de Rejeitos: realização de estudos sobre a viabilidade de utilizar o produto Ecosolid.
- Segurança: avaliação imediata do índice de segurança das barragens de rejeito de mineração situadas na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba.

Com relação a efeitos do desastre, recursos para a solução de consequências e sedimentação de rejeitos, uma hipótese do não atendimento seja que o governo acreditasse

que as ações estabelecidas no TTAC atendessem a demanda. Os temas impactos da mineração e segurança são ações que envolvem planejamento e disponibilização de pessoal no caso dos estudos sobre a bacia do Rio Paraopeba, e o tema isenção de taxas geraria perda de receita. As consequências do atendimento dessas demandas podem ter sido a barreira para a não decisão.

Percebemos que o TTAC foi um instrumento de grande importância para que as ações imediatas e necessárias, de mitigação e reparação dos danos causados não fosse prejudicada por questões essencialmente burocráticas que ditam o poder público. O TTAC prevê programas socioambientais, socioeconômicos e medidas de reparação e compensação que a Fundação Renova, instituída e mantida pela Samarco Mineração S. A e suas acionistas Vale S. A e BHP Billiton Brasil Ltda., mantém com 42 programas. Esses programas são validados e orientados pelo Comitê Interfederativo, uma instância externa à fundação presidido pelo IBAMA e composto por representantes da União, dos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos municípios impactados e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Além de validar e orientar os programas da fundação o comitê acompanha, monitora e fiscaliza os resultados aplicando multas no caso de descumprimento de alguma ação determinada no acordo.

Por fim, o esforço deste trabalho foi analisar como os Poderes Legislativo e Executivo agiram diante do maior desastre ambiental com barragens de rejeitos. As informações aqui apresentadas estimulam a realização de pesquisas que sejam capazes de demonstrar sobre o atendimento ou não das ações acordadas do TTAC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA MINAS GERAIS. **Governo de Minas Gerais une esforços para ajudar população de Bento Rodrigues e região**. Disponível em: < http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-gerais-une-esforcos-para-ajudar-populacao-de-bento-rodrigues-e-regiao>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

AGÊNCIA MINAS GERAIS. **Órgãos de Direitos Humanos e assistência social prestam atendimento em Mariana e região**. Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/orgaos-de-direitos-humanos-e-assistencia-social-prestam-atendimento-em-mariana-e-regiao>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 de outubro de 2017.

BBC News. **Brazil dam burst engulfs homes in Minas Gerais**. Disponível em:< https://www.bbc.com/news/world-latin-america-34742272>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 21, p. 211-259, ISSN 0103-138, jun 2000. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper21.pdf>. Acessado em: 03 de outubro de 2017.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Relatório Mensal – Comitê Interfederativo**. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/01/relatorio-mensal-de-atividades_dezembro_v02.pdf>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Relatório Mensal – Comitê Interfederativo**. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/relatorio-comite-interfederativo-nov.15-a-mar.16.pdf>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

KINGDON, J. W. **Formação da Agenda**. IN. SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2006.

KINGDON, John W. **Juntando as Coisas**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). Políticas Públicas: coletânea. Volume 1. Brasília: ENAP, 2006.

KINGDON, John W. (1995) **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 2nd edition. Harper Collins CollegePublishers. in SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas - Coletânea Volume 1. Disponível em: <http://antigo.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2856>. Acesso em: 03 de outubro de 2017.

LIMA, L. L. & D'ASCENZI, L. 2013. **Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas**. in REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 21, No 48: 101-110.

Minas Gerais. Assembleia Legislativa. **Comissão Extraordinária das Barragens. Relatório Final**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/extraordinaria/interna.html?idCom=1074&leg=18>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

MINAS GERAIS, Constituição, 1989. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1989.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Comissão Extraordinária das Barragens. Relatório Final**. - Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/extraordinaria/interna.html?idCom=1074&leg=18 Acesso em: 28 de setembro de 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM MINAS GERAIS. **MPT e Samarco fecham acordo com garantias para empregados, terceirizados e ribeirinhos**. Disponível em: <http://www.prt3.mpt.mp.br/procuradorias/prt-belohorizonte/537-mpt-e-samarco-fecham-acordo-para-proteger-trabalhadores-e-ribeirinhos>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

ROMERO, S. **Authorities Assess Toll of Burst Dam in Brazil**. The New York Times, 2015. Disponível em: https://www.nytimes.com/2015/11/06/world/americas/authorities-assess-toll-of-burst-dam-in-brazil.html. Acesso em: 16 de maio de 2018.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. In: RUA, M. G; CARVALHO, M. I. V. (org.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para aprender políticas públicas**. Unidade IV - Tipologia e Tipos de políticas públicas. 2014. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_04.pdf>. Acesso em: 27 de setembro de 2017.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. **Ações emergenciais**. Disponível em: <https://www.samarco.com/marcos-das-acoes-executadas/>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. **Auxílio financeiro para as famílias**. Disponível em: <https://www.samarco.com/noticia/comunicado-86/>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

SAMARCO MINERAÇÃO S. A. **Fazer o que deve ser feito**. Disponível em : <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/03/Dossie_24_03.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2018.

SEDRU/MG. **Relatório "Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana – MG, do Grupo da Força-Tarefa do Estado de Minas Gerais** (Decreto nº 46.892/2015). Publicado em fevereiro de 2016. Disponível em: .http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/2016/DESASTRE_MARIANA/Relat%C3%B3rios/Relatorio_final.pdf. Acesso em: 16 de maio de 2018.

SILVA, José Afonso da. **Estrutura e funcionamento do poder legislativo**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 47, n. 187, p. 137-154, jul./set. 2010. Acesso em: 01 de novembro de 2017.

SILVA, P. L. B. & MELO, M. A. B. 2000. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. Caderno NEPP/UNICAMP, Campinas, n. 48, p. 1-16. Disponível em:< https://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf>. Acesso em: 27 de setembro de 2017.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, ano 8, n. 16, 20-45,jul/dez 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 27 de setembro de 2017.

SUBIRATS, Joan. **Definición del problema. Relevância pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). Políticas Públicas: coletânea. Volume 1, p. 199-218. Brasília: ENAP, 2006.

TORRENS, Antonio Carlos. **Poder Legislativo e políticas públicas: uma abordagem preliminar**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 50, n. 197 jan./mar. 2013.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Unidade da Defensoria Pública é instalada em Mariana**. Disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/unidade-da-defensoria-publica-e-instalada-em-mariana.htm#.WxlR8zQvzIU>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

União, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis , Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Agência Nacional de Águas, Departamento Nacional de Produção Mineral, Fundação Nacional do Índio, . . . BHP Billiton Brasil Ltda. (2016). **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta**. Brasília. Disponível em: < http://ibama.gov.br/phocadownload/cif/ttac/cif-ttac-completo.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

ANEXO I – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS DA ALMG

Membros Efetivos

Agostinho Patrus Filho/PV (Presidente)

João Magalhães/PMDB (Vice-Presidente)

Rogério Correia/PT (Relator)

Bonifácio Mourão/PSDB

Cássio Soares/PSD

Celinho do Sinttrocel/PCdoB

Celise Laviola/PMDB

Gil Pereira/PP

Gustavo Corrêa/DEM

Gustavo Valadares/PSDB

Thiago Cota/PMDB

Membros Suplentes

Glaycon Franco/PV

Marília Campos/PT

Doutor Jean Freire/PT

Ione Pinheiro/DEM

Inácio Franco/PV

Rosângela Reis/PROS

Iran Barbosa/PMDB

Paulo Lamac/REDE

Tito Torres/PSDB

João Vítor Xavier/PSDB

Wander Borges/PSB

ANEXO II - LEVANTAMENTO DOS REQUERIMENTOS DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS DA ALMG

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
1	RQC 4.246/15	Requer seja realizada reunião com convidados para debater as causas do desastre em Mariana e suas consequências em todos os municípios ao longo da calha dos rios da Bacia do Rio Doce a jusante das barragens de rejeitos de mineração da empresa Samarco, rompidas em 5 de novembro de 2015.	Reunião			1	Causas do desastre						
2	RQC 4.247/15	Requer seja realizada visita aos principais municípios da Bacia do Rio Doce atingidas pelos rejeitos da barragem rompida em Mariana e, ao final, seja realizada reunião no Município de Linhares para conclusão dos trabalhos.	Visita	Municípios da Bacia do Rio Doce		1	Visita aos municípios atingidos						
3	RQC 4.248/15	Requer seja realizada audiência pública, em Mariana, para debater as causas e os impactos do rompimento das duas barragens, bem como as providências a serem tomadas para amenizar o sofrimento das pessoas diretamente atingidas.	Audiência Pública	Mariana/MG		1	Causas do desastre						
4	RQC 4250/15	Requer seja realizada visita ao local do acidente do rompimento da barragem da empresa Samarco, no Município de Mariana.	Visita	Mariana/MG		2	Diverso						
5	RQC 4.265/15	Requer seja encaminhado aos deputados federais que compõem a Comissão Externa sobre o rompimento das barragens no Município de Mariana as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 17/11/15.	Encaminhamento de documentos	Dep. Federais		1	Diverso						
6	RQC 4.266/15	Requerem seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de informação sobre o Termo de Compromisso Preliminar firmado com a empresa Samarco, no dia 16/11/15, no qual foi garantido o montante mínimo de R$ 1 bilhão para tutela ambiental emergencial, em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos da empresa.	Pedido de Informação	Ministério Público de Minas Gerais - MPMG	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	1	Termo de Compromisso Preliminar	Tutela ambiental emergencial				**18/11/15** - O RQC foi aprovado na Comissão **28/11/15** - Se trasndformou no **RQN 3335/15** **17/12/15** - Remessa do Ofício 3918 2015 SGM ao Sr Carlos André Mariani Bittencourt, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte- MG, com pedido de informação.	Enviado e não respondido
7	RQC 4.268/15	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a concessão de isenção das taxas para emissão de segunda via de documento de trânsito – DUT – e de carteira nacional de habilitação – CNH – aos moradores dos municípios atingidos pelo rompimento das barragens da empresa Samarco Mineração.	Pedido de Providência	Governo do Estado	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	1	Isenção de Taxas	DUT e CNH	18/11/15			O RQC apenas foi aprovado na comissão	Não enviado
8	RQC 4.270/15	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para realização de sobrevoo de varredura, com filmagem, na área atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco, em Mariana, em altitude capaz de detectar a presença de animais, o seu estado, bem como o georreferenciamento de sua localização com plano de resgate e atendimento aos animais atingidos pela tragédia.	Pedido de Providência	Secretaria de Estado de Defesa Social	Tem resposta	2	Animais	Resgate	18/11/15	30/03/16	133		Enviado e respondido
9	RQC 4.271/15	Requer seja encaminhado à Mineradora Vale pedido de providências para, em conjunto com a BHP Billiton, envide esforços para a inclusão, no orçamento previsto para a Samarco em 2016, dos recursos necessários para a solução de todas as consequências relativas ao rompimento da barragem do Fundão, no Município de Mariana.	Pedido de Providência	Vale S. A.	Tem resposta	3	Recursos para solução das consequências		18/11/15	19/01/16	62		Enviado e respondido
10	RQC 4.272/15	Requer sejam realizadas visitas aos Municípios de Governador Valadares, Aimorés, Galileia, Conselheiro Pena, Itueta, Tumiritinga e, em especial, Resplendor, como objetivo de observar e debater os efeitos do acidente ocorrido em Mariana nessas cidades.	Visita	Governador Valadares, Aimorés, Galileia, Conselheiro Pena, Itueta, Tumiritinga e Resplendor		3	Efeitos do desastre						
11	RQC 4.273/15	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações para que envie a esta comissão cópia de todo o **processo de licenciamento das barragens de rejeito de Mina de Germano, da Samarco, em Mariana.**	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	2	Licenciamento	Barragem da Mina de Germano, da Samarco, em Mariana				**18/11/15** - O RQC foi aprovado na Comissão **28/11/15** - Se transformou no **RQN 3336/15** e foi anexado ao **RQN 3330/15** por manter semelhança de proposição **17/12/15** - Foi encaminhado o Ofício 3921 2015 SGM a Semad.	Enviado e não respondido
12	RQC 4.275/15	Requer seja encaminhado à Mesa de Negociações de Conflitos Urbanos e Agrários do Poder Executivo pedido de providências para que nas negociações sejam contempladas as seguintes obrigações, que deverão ser viabilizadas pelas empresas Samarco Mineradora e Vale S.A.: pagamento de salário mínimo a cada pessoa atingida pelo rompimento das barragens no Município de Mariana; fornecimento de moradia temporária para os desabrigados e reconstrução das comunidades atingidas em Mariana e região, com observância dos seus interesses; e garantia de emprego para trabalhadores e terceirizados da empresa Samarco Mineração através do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC.	Pedido de Providência	Mesa de Negociações de Conflitos Urbanos e Agrários do Poder Executivo	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	4	Ações sociais	Salário Moradia Emprego	18/11/15			O RQC apenas foi aprovado na comissão	Não enviado
13	RQC 4.277/15	Requer seja encaminhado ao Instituto de Gestão Organizacional e Tecnologia Aplicada – Igetec –, pedido de informações para que enviem a esta comissão as imagens de satélite dos últimos cinco anos das barragens de rejeitos de mineração da empresa Samarco, no Município de Mariana.	Pedido de Informação	Instituto de Gestão Organizacional e Tecnologia Aplicada – Igetec	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	3	Imagens dos últimos 5 anos das barragens					**18/11/15** - O RQC foi aprovado na Comissão **28/11/15** - Se trsndformou no **RQN 3334/15** **17/12/15** - Remessa do Ofício 3916 2015 SGM ao Instituto de Gestão Organizacional e Tecnologia Aplicada, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
14	RQC 4.278/15	Requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que, no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – ou outro instrumento similar, referente ao rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco em Mariana, seja contemplada uma compensação ambiental, e que essa compensação seja um plano de controle ético populacional dos animais dos municípios atingidos, bem como um projeto de educação e conscientização animal voltado para as comunidades.	Pedido de Providência	Ministério Público de Minas Gerais - MPMG	Tem resposta	5	Animais	TAC	18/11/15	11/01/2016	54		Enviado e respondido
15	RQC 4.280/15	Requer seja encaminhado à Coordenadoria do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos – CAO-DH – do Ministério Público pedido de providências para impedir que as empresas Samarco Mineração e Vale S.A. realizem acordos individuais de indenização pelos danos causados às comunidades atingidas pelo rompimento das barragens no Município de Mariana.	Pedido de Providência	Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos – CAO-DH – do Ministério Público	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	6	Impedimento de acordos individuais de indenização		18/11/15			O RQC apenas foi aprovado na comissão	Não enviado
16	RQC 4.281/15	Requer seja encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente pedido de informações sobre os dados Apurados por tal órgão acerca das **consequências do rompimento das barragens de Fundão e Santarém para o meio ambiente e, principalmente, para os recursos hídricos nacionais nos próximos anos.**	Pedido de Informação	Ministério do Meio Ambiente	Tem resposta	4	Efeitos do desastre		18/11/15	14/01/16	57	RQO 2369 2015 **17/12/2015** - Remessa do Ofício 3900 2015 SGM	Enviado e respondido
17	RQC 4.284/15	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente pedido de providências para que sejam adotadas ações urgentes destinadas à revitalização das sub-bacias hidrográficas dos tributários do Rio Doce, em especial dos cursos d'água com foz a montante do acidente de Mariana, necessários à recuperação dos danos verificados à biodiversidade e aos recursos hídricos.	Pedido de Providência	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	7	Revitalização	Sub-bacias hidrográficas	18/11/15			**18/11/15** - O RQC foi aprovado na Comissão **01/12/15** - Se transformou no **RQN 3362/15** **10/12/15** - Remessa do Ofício 3773 2015 SGM ao Sr Marco Antônio Rezende Teixeira, Secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
18	RQC 4.285/15	Requer seja encaminhado ao coordenador estadual de Defesa Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre: **qual o número oficial, nome e idade dos mortos e desaparecidos; quantos municípios e localidades foram atingidos no Estado de Minas Gerais; qual o número de mortos e desaparecidos por localidade; qual o número de desabrigados por localidade; quais são as condições de alojamento dos desabrigados por localidade; quais são as condições de alimentação dos desabrigados por localidade; quais os riscos de contaminação ou de doenças a que estão sujeitos os desabrigados e quais são as condições de saneamento das localidades atingidas e se a população das localidades atingidas está sujeita a contaminações ou a algum tipo de doença ou risco à sua saúde em razão do rompimento das barragens de Fundão e Santarém no município de Mariana.**	Pedido de Informação	Defesa Civil de Minas Gerais	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	5	Efeitos do desastre					**18/11/15** - O RQC foi aprovado na Comissão **15/12/15** - Se trasndformou no **RQN 3333/15** **17/12/15** - Remessa do Ofício 3911 2015 SGM ao Sr Cel PM Helbert Figueiró, Chefe do Gabinete Militar do Governador e Coordenador Estadual de Defesa Civil, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
19	RQC 4.287/15	Requer seja encaminhado ao Governo do Estado pedido de providências para que proceda à nomeação de um defensor público estadual para a Comarca de Mariana.	Pedido de Providência	Governo do Estado	Tem resposta	8	Defensor Público		18/11/15	26/01/16	69	RQN 3342 2015 **10/12/2015** - Remessa do Ofício 3770 2015 SGM	Enviado e respondido
20	RQC 4.288/15	Requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais pedido de informações para que envie a esta comissão cópia de todos os Termos de Ajustamento de Conduta firmados por este órgão nos últimos 15 anos, envolvendo as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton.	Pedido de Informação	Ministério Público de Minas Gerais - MPMG	Tem resposta	6	TAC	TAC	18/11/15	08/03/16	111		
21	RQC 4.291/15	Requer seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais pedido de providências para designar defensores públicos para atender à população atingida pelo rompimento das barragens da Samarco Mineração e para compor a Mesa de Negociação sobre o caso.	Pedido de Providência	Defensoria Pública de Minas Gerais	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	9	Defensor Público		18/11/15			O RQC apenas foi aprovado na comissão	Não enviado
22	RQC 4.294/15	Requer sejam convidados o Ministério Público de Minas Gerais e o Ministério Público Federal para o acompanhamento permanente a todas as reuniões desta Comissão.	Diverso	MPMG e MPF		1	Acompanhamento das reuniões						

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
23	RQC 4.295/15	Requer seja encaminhado ao diretor do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – pedido de informações sobre: q**ual o impacto do rompimento das barragens para a quantidade e qualidade dos recursos hídricos de Minas Gerais; qual o impacto do rompimento para a qualidade das águas superficiais, notadamente a bacia do Rio Doce e subterrâneas do Estado; qual a perspectiva de recuperação dos recursos hídricos na região afetada; quais os resultados das análises de água e sedimentos dos corpos de água afetados, bem como do rejeito das barragens rompidas, incluindo condutividade elétrica, oxigênio dissolvido, pH, temperatura, sólidos totais, sólidos dissolvidos toais, sólidos em suspensão totais, turbidez e arsênio e análise de metais: alumínio, ferro, cobre, manganês, cádmio, chumbo e mercúrio, entre outras análises já realizadas; qual a projeção do IGAM em relação ao impacto a ocorrer na política de abastecimento hídrico de Minas Gerais e nos mananciais de captação de recursos hídricos na região afetada, para os próximos Anos.**	Pedido de Informação	Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	7	Efeitos do desastre	Recursos Hídricos				**18/11/15** - O RQC foi aprovado na Comissão **14/12/15** - Se trasndformou no **RQN 3331/15** **17/12/15** - Remessa do Ofício 3910 2015 SGM à Sra Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, Diretora-Geral do Igam, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
24	RQC 4.296/15	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações para que enviem cópia a esta comissão dos **processos de licenciamento ambiental de todas as barragens de rejeitos licenciadas pelo Estado de Minas Gerais.**	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	8	Licenciamento	Todas as barragens				**18/11/15** O RQC foi aprovado na Comissão **28/11/15** Se transformou no **RQN 3336/15** e foi anexado ao **RQN 3330/15** por manter semelhança de proposição **17/12/15** Foi encaminhado o Ofício 3921 2015 SGM a Semad.	Enviado e não respondido
25	RQC 4.297/15	Requer seja realizada audiência pública desta comissão, com a participação da Samarco e da Vale S.A., para discussão e prestação de esclarecimentos sobre assuntos envolvendo o rompimento da barragem localizada no município de Mariana.	Audiência Pública			2	Causas do desastre						
26	RQC 4.300/15	Requer seja realizada reunião com convidados para apresentação da tese de doutorado intitulada "Avaliando Minas: Índice de sustentabilidade da Mineração", de autoria de Maurício Boratto Viana, consultor legislativo em Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.	Reunião com Convidados			1	Diverso						
27	RQC 4.302/15	Requer seja realizada audiência pública para a apresentação do projeto desenvolvido pelo vice-presidente do Instituto Terra, Sebastião Salgado, sobre a recuperação do Rio Doce.	Audiência Pública			3	Revitalização	Rio Doce					
28	RQC 4.303/15	Requer seja realizada audiência pública para discutir o rompimento das barragens da empresa Samarco Mineração, no Município de Mariana, com a presença da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.	Audiência Pública			4	Causas do desastre						
29	RQC 4.305/15	Requer seja realizada audiência pública para discutir as condições em que se encontra a população das localidades afetadas pelo rompimento das barragens de Fundão e Santarém, no Município de Mariana, e quais as providências tomadas e necessárias à minimização dos Impactos.	Audiência Pública			5	Ações sociais						
30	RQC 4.306/15	Requer seja realizada audiência pública para discutir as providências para a acomodação definitiva dos desabrigados, para reparação dos danos aos atingidos e para discutir de forma ampla e democrática os meios de socorrer e reduzir os danos à população atingida pelo rompimento das barragens de Fundão e Santarém.	Audiência Pública			6	Ações sociais	Acomodação dos desabrigados					
31	RQC 4.307/15	Requer seja realizada audiência pública para discutir a atual situação das barragens existentes em Minas Gerais, suas condições técnicas e sua perspectiva de futuro.	Audiência Pública			7	Condições das Barragens do Estado	Condições técnicas					
32	RQC 4.309/15	Requer seja realizada audiência pública para discutir o rompimento das barragens de Fundão e Santarém, no Município de Mariana, os eventuais riscos a que está sujeita a barragem Germano, quais as providências têm sido tomadas e quais ainda são necessárias para evitar novos acidentes e diminuir as consequências dos que já Ocorreram.	Audiência Pública			8	Causas do desastre						
33	RQC 4.311/15	Requer seja realizada audiência pública para discutir os métodos de armazenamento de rejeitos de mineração, tecnologias mais adequadas ao atual desenvolvimento técnico científico e apuração das melhores práticas para o aperfeiçoamento das políticas públicas para o setor.	Audiência Pública			9	Condições das Barragens do Estado	Tecnologias					
34	RQC 4.312/15	Requer seja realizada audiência pública para discutir os danos ambientais ocasionados pelo rompimento das barragens de Fundão e Santarém, quais as consequências para a fauna, flora e para a população afetada, e quais as providências tomadas para a minimização dos impactos.	Audiência Pública			10	Efeitos do desastre	Fauna Flora População					

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
35	RQC 4.313/15	Requer seja realizada audiência pública para discutir os impactos decorrentes do rompimento das barragens de Fundão e Santarém, entre eles as consequências empresariais e econômicas, a arrecadação dos municípios atingidos, a geração de emprego e renda, e para discutir os meios de minimizar os danos.	Audiência Pública			11	Efeitos do desastre	Econômicos					
36	RQC 4.306/15	Requer seja realizada audiência pública para discutir as providências para a acomodação definitiva dos desabrigados, para reparação dos danos aos atingidos e para discutir de forma ampla e democrática os meios de socorrer e reduzir os danos à população atingida pelo rompimento das barragens de Fundão e Santarém.	Audiência Pública			12	Ações sociais	Acomodação dos desabrigados					
37	RQC 4.385/15	Requer seja realizada visita ao Município de Barra Longa, atingido pelo rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco, em Mariana.	Visita	Barra Longa		4	Diverso						
38	RQC 4.386/15	Requer seja encaminhado à Samarco Mineração S.A. pedido de informações sobre **as medidas de segurança adotadas para evitar perda de vidas em face do risco iminente** em suas barragens de rejeitos, principalmente para o Município de Barra Longa.	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Tem resposta	9	Segurança		24/11/15	15/03/16	112	RQO 2378 2015 **17/12/15** - Remessa do Ofício 3908 2015 SGM	Enviado e respondido
39	RQC 4.392/15	Requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a destinação de uma ambulância, em caráter emergencial, para o Município de Barra Longa, atingido pelo rompimento das barragens de rejeitos no Município de Mariana.	Pedido de Providência	Secretaria de Estado de Saúde	Tem resposta	10	Ambulância		24/11/15	12/07/16	231		Enviado e respondido
40	RQC 4.393/15	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de informações sobre a existência, entre os **condicionantes para o licenciamento das atividades minerárias no Município de Mariana, de previsão de ações de relacionamento das empresas com a população vizinha aos empreendimentos, a fim de subsidiar plano de emergência em caso de desastres**.	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	10	Licenciamento					**18/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão** **28/11/15 - Se transformou no** RQN 3337/15 17/12/15 - Foi encaminhado o Ofício 3912 2015 SGM a Semad.	Enviado e não respondido
41	RQC 4.394/15	Requer seja encaminhado à Samarco Minerações S.A. pedido de informações consubstanciadas na relação de todas as empresas que prestam ou prestaram serviços às unidades da empresa no Município de Mariana nos últimos cinco anos, na área de segurança industrial, acidente de trabalho e avaliação de risco, especificando as atividades desenvolvidas e o período da prestação de serviços, e em cópia dos laudos e dos pareceres emitidos por essas Empresas.	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Tem resposta	11	Empresas que prestam ou prestaram serviços nas unidades da Samarco no município de Mariana		24/11/15	15/03/16	112	RQO 2375 2015 **17/12/15** - Remessa do Ofício 3908 2015 SGM	Enviado e respondido
42	RQC 4.395/15	Requer seja encaminhado à Samarco Mineração S.A. pedido de informações consubstanciadas na relação de todas as empresas que prestam ou prestaram serviços às unidades da empresa no Município de Mariana nos últimos cinco anos, especificando as atividades desenvolvidas, o número de trabalhadores de cada uma delas e os nomes desses trabalhadores.	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Tem resposta Anexado ao RQC 4394/15	12	Empresas que prestam ou prestaram serviços nas unidades da Samarco no município de Mariana					**18/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão. Transformado em** RQO 2413/15 10/12/15 - Anexado ao RQO 2375/15 18/12/15 - Requerimento arquivado em função do encerramento da tramitação do RQO 2375/15, ao qual estava anexado.	Enviado e respondido
43	RQC 4.397/15	Requer seja encaminhado à Samarco Mineração SA pedido de informações consubstanciadas em **cópia dos planos de emergência e de continuidade do negócio** - PCN Barragens - da empresa; do relatório SA-527-RL-17658-00, emitido em março de 2009, intitulado **Plano de Ações Emergenciais da Barragem de Santarém** - projeto SA-527; do relatório SA-210-RL-12251-00, emitido em março de 2008, intitulado **Plano de Ações Emergenciais do Sistema de Rejeitos do Fundão** - SRF; do **plano de ações emergenciais** - PAEs - de barragens da empresa; das diretrizes e do organograma do Sistema Integrado de Gestão da Samarco; das diretrizes e do **organograma da gestão de segurança das barragens da Samarco**; do manual de operações das barragens; e de documento que informe o lucro da empresa nos últimos cinco anos e dos dividendos distribuídos nesse período.	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Tem resposta	13	Segurança		24/11/15	15/03/16	112	RQO 2382 2015 **17/12/15** - Remessa do Ofício 3908 2015 SGM	Enviado e respondido
44	RQC 4.398/15	Requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - pedido de informações sobre a **fiscalização exercida nos últimos cinco anos** na unidade operacional de Germano, da Samarco Mineração SA, no Município de Mariana, enviando a esta Casa cópia dos respectivos relatórios, laudos e pareceres.	Pedido de Informação	Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	14	Fiscalização					**24/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2377/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3905 2015 SGM ao Sr Celso Luiz Garcia, Superintendente do DNPM em Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
45	RQC 4.399/15	Requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Previdência Social pedido de informações consubstanciadas em cópia dos laudos técnicos de análises de acidentes de trabalho referentes aos processos que envolveram a Mineração Rio Verde, cuja barragem se rompeu em 2001 no Município de Nova Lima; a Mineração Rio Pomba Cataguases, cuja barragem se rompeu em 2007 no Município de Miraí; e a Herculano Mineração, cuja barragem se rompeu em 2014 no Município de Itabirito.	Pedido de Informação	Ministério do Trabalho e Previdência Social	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	15	Laudos técnicos	Barragens rompidas em 2001, 2007 e 2014				**24/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2374/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3906 2015 SGM ao Sr Ubirajara Alves de Freitas, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
46	RQC 4.400/15	Requer seja realizada reunião com a presença do reitor, de professores e de pesquisadores da Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop - para que apresentem as tecnologias e técnicas já desenvolvidas e disponíveis para o tratamento de rejeitos de mineração como alternativas ao método de disposição em superfície na forma de polpa com utilização de barragens de contenção convencionais, como as que se romperam em Mariana.	Reunião			2	Novas tecnologias e tecnicas	Tratamento de rejeitos					
47	RQC 4.401/15	Requer seja encaminhado à Samarco Mineração SA pedido de informações consubstanciadas em cópia dos **planos e projetos de obras emergenciais, preventivas, de reforço, de correção e de recuperação da Barragem de Santarém, com alto risco de rompimento,** segundo técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM -, e do plano de ações emergenciais, a ser executado em caso de rompimento da referida barragem ou da Barragem de Germano.	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Tem resposta	16	Segurança	Planos, projetos e obras emergenciais	24/11/15	15/03/16	112	RQO 2383 2015 **17/12/15** - Remessa do Ofício 3908 2015 SGM	Enviado e respondido
48	RQC 4.402/15	Requer seja encaminhado à Samarco Mineração SA pedido de informações consubstanciadas em **cópia dos planos e projetos de obras emergenciais, preventivas, de reforço, de correção e de recuperação da Barragem de Santarém, do plano de ações emergenciais**, a ser executado em caso de rompimento da referida barragem, e da apólice do seguro da empresa para as barragens da Mina de Germano.	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Tem resposta Anexado ao RQC 4401/15	17	Segurança	Planos, projetos e obras emergenciais			0	**24/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão. Se transformou no** RQO 2384/15 26/11/15 - Anexado ao RQO 2383/15 18/12/15 - Requerimento arquivado em função do encerramento da tramitação do RQO 2383/15 ao qual estava anexado.	Enviado e respondido
49	RQC 4.403/15	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre **as medidas de segurança adotadas, principalmente para o Município de Barra Longa, com vistas a evitar que ocorram mais mortes, em face do risco de rompimento de outras barragens de rejeitos na região.**	Pedido de Informação	Governador do Estado	Tem resposta	18	Segurança		24/11/15	18/01/16	55	RQN 3340 2015 **17/12/2015** - Remessa do Ofício 3914 2015 SGM	Enviado e respondido
50	RQC 4.406/15	Requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - pedido de informações sobre a **quantidade de técnicos e servidores que compõem o quadro do órgão** com a função de fiscalização das atividades minerárias; a **quantidade de inspeções realizadas no último ano** em barragens de rejeitos de mineração; a **existência de carência de servidores ou de equipamentos** indispensáveis para o exercício das funções fiscalizatórias; e a **quantidade de inspeções realizadas nos últimos três anos em Mariana**, indicando as datas em que essas inspeções foram feitas.	Pedido de Informação	Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	19	Fiscalização		24/11/15			**24/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2376/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3905 2015 SGM ao Sr Celso Luiz Garcia, Superintendente do DNPM em Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
51	RQC 4.407/15	Requer seja encaminhado à Samarco Mineração S.A. pedido de informações consubstanciadas em cópia dos relatórios e laudos de monitoramento geotécnico e estrutural dos diques da barragem do Fundão, relativos aos últimos dois anos; do plano de contingência para casos de risco ou de acidentes, com a devida comprovação da efetividade do plano; da análise de ruptura (DAM - Break) prevista para ser entregue à Supram em julho de 2007, segundo o PCA do projeto da Barragem do Fundão; e do parecer, do relatório e dos estudos sobre os impactos da sobreposição de áreas diretamente afetadas da barragem do Fundão e da pilha de estéril União da Mina de Fábrica Nova da Vale.	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Tem resposta	20	Monitoramento geotécnico e estrutural	Segurança	24/11/15	15/03/16	112	RQO 2381 2015 **17/12/15** - Remessa do Ofício 3908 2015 SGM	Enviado e respondido
52	RQC 4.408/15	Requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - pedido de informações consubstanciadas na relação das barragens classificadas como de alto risco no Estado, das 35 maiores barragens de rejeitos do Estado e seus respectivos níveis de risco e de todas as barragens de rejeitos no Estado e seus respectivos níveis de risco.	Pedido de Informação	Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	21	Barragens existentes	Segurança	24/11/15			**24/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2379/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3905 2015 SGM ao Sr Celso Luiz Garcia, Superintendente do DNPM em Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
53	RQC 4.409/15	Requer seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em cópias dos inquéritos, dos termos de ajustamento de conduta e das ações civis públicas propostas contra mineradoras e empresas terceirizadas que prestam serviços para o setor no Estado.	Pedido de Informação	Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais	Tem resposta	22	TAC	Ação Civil Pública	24/11/15	07/01/16	44	RQO 2370 2015 **17/12/15** - Remessa do Ofício 3901 2015 SGM	Enviado e respondido

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
54	RQC 4.410/15	Requer seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para a liberação de recursos, em caráter de urgência, para atender a Escola Estadual Padre Epifânio Gonçalves, no Município de Barra Longa, danificada pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco.	Pedido de Providência	Secretaria de Educação	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	11	Recursos para solução das consequências	Educação	24/11/15			O RQC apenas foi aprovado na comissão	Não enviado
55	RQC 4.411/15	Requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Previdência Social pedido de informações sobre as **ações fiscais realizadas nos últimos cinco anos em mineradoras** que mantêm barragens de rejeitos, informando, quando for o caso, as empresas terceirizadas que prestam serviços para o setor e enviando cópia dos relatórios de fiscalização.	Pedido de Informação	Ministério do Trabalho e Previdência Social	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	23	Fiscalização		24/11/15			**24/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2373/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3906 2015 SGM ao Sr Ubirajara Alves de Freitas, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
56	RQC 4.412/15	Requer seja realizada audiência pública para debater a aplicação da Lei 12334, de 2010, que estabelece a política nacional de segurança de barragens destinadas à acumulação de água para qualquer uso, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais e cria o Sistema Nacional de Informação sobre Segurança de Barragens.	Audiência Pública			13	Segurança	Lei 12334/2010 Política Nacional de Segurança de Barragens					
57	RQC 4.413/15	Requer seja realizada audiência pública para debater os impactos e a situação das barragens de rejeito de mineração nos municípios do Estado.	Audiência Pública			14	Impactos da mineração						
58	RQC 4.414/15	Requer seja realizada audiência pública para debater a situação das áreas atingidas pelo rompimento, ocorrido em 5 11 2015, das barragens da mineradora Samarco em Mariana.	Audiência Pública			15	Efeitos do desastre						
59	RQC 4.415/15	Requer seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações sobre **o prazo, considerado normal, para licenciamento ou renovação de licença de operação de empreendimentos minerários**, especialmente quando dotados de barragens de rejeitos; a quantidade de servidores designados para tal atribuição e a existência de carência de servidores e de equipamentos; e, especificamente em relação a Mariana, **sobre a razão da demora na renovação das licenças**.	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	24	Licenciamento					**24/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQN 3338/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3919 2015 SGM ao Sr Deputado Sávio Souza Cruz, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte-MG, com pedido de informação.	Enviado e não respondido
60	RQC 4.416/15	Requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - pedido de informações consubstanciadas no quadro de servidores diretos e indiretos do DNPM, por estado, indicando os respectivos cargos e atribuições.	Pedido de Informação	Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	25	Quadro de servidores do DNPM					**24/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2380/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3905 2015 SGM ao Sr Celso Luiz Garcia, Superintendente do DNPM em Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
61	RQC 4.417/15	Requer seja encaminhado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG - pedido de informações sobre as responsabilidades de profissionais e empresas envolvidas, direta ou indiretamente, no acidente da Barragem Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana.	Pedido de Informação	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	26	Responsabilidades do desastre					**24/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2371/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3907 2015 SGM ao Sr Jobson Andrade, Presidente do Crea-MG, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
62	RQC 4.418/15	Requer seja encaminhado ao superintendente regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana - Supram-CM - pedido de informações consubstanciadas em cópia da manifestação técnica dessa superintendência sobre **a segurança na unidade operacional de Germano, feita a partir dos estudos sobre os impactos da sobreposição de áreas diretamente afetadas da Barragem do Fundão e da pilha de estéril União da Mina de Fábrica Nova da Vale.**	Pedido de Informação	Superintendente regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana - Supram-CM	Tem resposta	27	Segurança		24/11/15	17/06/16	206	RQN 3339 2015 **17/12/15** - Remessa do Ofício 3913 2015 SGM	Enviado e respondido
63	RQC 4.504/15	Requer seja realizada reunião com convidados para que seja apresentada a posição da empresa Celulose Nipo Brasileira - Cenibra - diante do rompimento da barragem da Samarco Mineração SA e as medidas tomadas para o gerenciamento das ações geradas pelo rompimento.	Reunião			3	Medidas						
64	RQC 4.505/15	Requer seja encaminhado ao coordenador da Defesa Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre **as providências preventivas que estão sendo tomadas diante da possibilidade de alagamentos na região atingida pelo rompimento das barragens da Samarco Mineração SA, com a aproximação do período de chuvas.**	Pedido de Informação	Defesa Civil de Minas Gerais	Tem resposta	28	Providências Preventivas	Prevenção	26/11/15	08/01/16	43		
65	RQC 4.506/15	Requer seja encaminhado ao presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG - pedido de informações consubstanciadas em **relatório das fiscalizações ocorridas nos últimos cinco anos** nas obas de engenharia das barragens de Fundão, Santarém, Germano e outras que estão sob a responsabilidade da Samarco Mineração SA.	Pedido de Informação	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	29	Fiscalização					**26/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2392/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3907 2015 SGM ao Sr Jobson Andrade, Presidente do Crea-MG, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
66	RQC 4.507/15	Requer seja encaminhado ao presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre **a existência de um plano de evacuação da área abrangida pela barragem de Várzea das Flores, no Município de Betim, e se as explosões realizadas na pedreira situada nessa localidade representam riscos à estabilidade da barragem**.	Pedido de Informação	Copasa-MG	Tem resposta	30	Segurança		24/11/15	21/01/16	58		

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
67	RQC 4.508/15	Requer seja encaminhado ao prefeito de Mariana pedido de informações, acompanhado de cópias, se for o caso, sobre a apresentação pela Samarco Mineração SA, de conformidade com o parágrafo único da Lei 12334, de 2010, do plano de ação de emergência, de conformidade com o art 8º, VII, e art 12 da mesma lei, envolvendo as barragens de Fundão, Santarém, Germano e outras que estão sob sua responsabilidade e de empresas coligadas ou controladas, no Município de Mariana.	Pedido de Informação	Prefeitura de Mariana	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	31	Plano de ação de emergência	Segurança	26/11/15			**26/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2393/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3902 2015 SGM ao Sr Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, Prefeito Municipal, Mariana - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
68	RQC 4.509/15	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as barragens existentes no Estado quanto aos seguintes aspectos: **o número e a localização; a capacidade de armazenamento e a já utilizada; a presença de conteúdo tóxico ou com potencial de contaminação dos recursos naturais ou elementos químicos danosos à saúde humana e animal; a regularidade e o estágio de licenciamento ambiental; a empresa ou empreendedor responsável; os meios, a estrutura de pessoal e o material disponível para a fiscalização da condição das barragens; o licenciamento ambiental das barragens de Fundão, Santarém e Germano, nos Municípios de Ouro Preto e Mariana, acompanhado da cópia da documentação, com a data de validade das licenças de operação e, caso estejam vencidas, com as providências tomadas pela secretaria e pelos órgãos de controle ambiental a ela vinculados para o cumprimento da legislação; a possibilidade de haver algum problema estrutural com relação à Barragem de Germano e, em caso positivo, a avaliação e as providências que têm sido tomadas; e a extensão do dano ambiental ocasionado com os rompimentos, esclarecendo o tipo de dano e a perspectiva de recuperação da área, incluindo o prazo previsto para sua total recuperação ambiental.**	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Tem resposta	32	Barragens existentes		26/11/15	05/05/16	161	RQN 3404 2015 **17/12/15** - Ofício 3925 2015 SGM foi remetido	Enviado e respondido
69	RQC 4.510/15	Requerem seja encaminhado aos deputados federais e aos senadores de Minas Gerais pedido de providências para que incluam, mediante emendas de bancada, recursos ao orçamento da União de 2016 para a recuperação dos municípios atingidos pelo rompimento das barragens de rejeitos da Samarco Mineração SA.	Pedido de Providência	Deputados federais e aos senadores de Minas Gerais	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	12	Recursos para solução das consequências		26/11/15			**26/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **01/12/15 - Se transformou no** RQN 3405/15 10/12/15 - Remessa do Ofício 3767 2015 SGM ao Sr Deputado Federal Adelmo Carneiro Leão, Câmara dos Deputados, Brasília - DF, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
70	RQC 4.511/15	Requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - e às Empresas Vale e Samarco pedido de informações sobre se os processos de licenciamento ambiental relativos às minas da Samarco previram a autorização para transferência e disposição de carga de rejeitos minerários oriundos da mina/complexo Alegnia, concedido à Vale.	Pedido de Informação	Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	Tem resposta	33	Licenciamento		26/11/15	08/01/16	43	RQO 2394 2015 **17/12/15** - Remessa do Ofício 3920 2015 SGM	Enviado e respondido
71	RQC 4.511/15	Requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - e às Empresas Vale e Samarco pedido de informações sobre se os processos de licenciamento ambiental relativos às minas da Samarco previram a autorização para transferência e disposição de carga de rejeitos minerários oriundos da mina/complexo Alegnia, concedido à Vale.	Pedido de Informação	Vale S. A.	Tem resposta	34	Licenciamento		26/11/15	19/01/16	54	RQO 2394 2015 Remessa do Ofício 3920 2015 SGM **17/12/15.**	Enviado e respondido
72	RQC 4.511/15	Requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - e às Empresas Vale e Samarco pedido de informações sobre se os processos de licenciamento ambiental relativos às minas da Samarco previram a autorização para transferência e disposição de carga de rejeitos minerários oriundos da mina/complexo Alegnia, concedido à Vale.	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Tem resposta	35	Licenciamento		26/11/15	01/03/16	96	RQO 2394 2015 **17/12/15** - Remessa do Ofício 3920 2015 SGM	Enviado e respondido
73	RQC 4.512/15	Requerem seja realizada visita conjunta com a Comissão de Participação Popular à Companhia Siderúrgica Nacional - CSN -, localizada no Município de Congonhas, para verificar a situação das barragens da companhia.	Visita	Companhia Siderúrgica Nacional - CSN		5	Barragens existentes						
74	RQC 4.513/15	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - pedido de informações sobre a previsão, nos processos de licenciamento ambiental relativos às minas da Samarco, de autorização para transferência e disposição de carga de rejeitos minerários oriundos da mina/complexo Alegria, concedido à Vale.	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Tem resposta	36	Licenciamento		26/11/15	06/05/16	162	RQN 3406 2015 **17/12/15** - Remessa do Ofício 3927 2015 SGM	Enviado e respondido
75	RQC 4.514/15	Requer seja realizada reunião com a Comissão de Participação Popular, com a presença dos representantes do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM -, Superintendência de Minas Gerais, e outros órgãos de fiscalização das atividades mineradoras, para debater o processo de fiscalização das barragens de rejeitos de mineração.	Reunião			4	Fiscalização						

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
76	RQC 4.515/15	Requerem seja encaminhado à Prefeitura de Governador Valadares pedido de providências para que seja encaminhado a esta comissão um plano de emergência para o município e região, incluindo, entre outros pontos: tratamento de esgoto, laboratório de controle de qualidade de água, alternativa de captação da água, desassoreamento do Rio Doce, drenagem das represas, reflorestamento e recuperação das nascentes e dos afluentes do Rio Doce.	Pedido de Providência	Prefeitura de Governador Valadares	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	13	Plano de ação de emergência		26/11/15			**26/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **01/12/15 - Se transformou no** RQN 3407/15 10/12/15 - Remessa do Ofício 3764 2015 SGM à Sra Elisa Maria Costa, Prefeita Municipal, Governador Valadares - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
77	RQC 4.516/15	Requerem seja encaminhado à Samarco pedido de informações sobre o lançamento de rejeitos de minério de ferro da Empresa Vale-Mina Alegria, em Mariana, na Barragem do Fundão, do Complexo de Germano, contendo as seguintes questões: série histórica mensal do volume desse lançamento; tipo de rejeito lançado; cópia do contrato entre as empresas Samarco e Vale acordando o lançamento, com a data do início, e do comunicado desse acordo ao DNPM e à Secretaria de Meio Ambiente.	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Tem resposta	37	Lançamento de rejeitos		26/11/15	15/03/16	110	RQO 2395 2015 **17/12/15** - Remessa do Ofício 3908 2015 SGM	Enviado e respondido
78	RQC 4.517/15	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o conteúdo da reunião ocorrida em 19 11 15 entre o Governo e prefeitos dos municípios inseridos na área geográfica atingida pelos efeitos do rompimento da barragem de Fundão, situados na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.	Pedido de Informação	Secretário de Estado de Governo	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	38	Efeitos do desastre					**26/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **17/12/15 - Se transformou no** RQN 3408/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3922 2015 SGM ao Sr Deputado Federal Odair Cunha, Secretário de Estado de Governo, Belo Horizonte-MG, com pedido de informação.	Enviado e não respondido
79	RQC 4.518/15	Requer seja encaminhado à Samarco pedido de informações sobre o valor pago a título de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Cfem - ao Município de Mariana ao longo do ano de 2015, em especial a diferença de valores entre os meses de setembro e outubro.	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Tem resposta	39	Compensação Financeira		26/11/15	15/03/16	110	RQO 2396 2015 **17/12/15** - Remessa do Ofício 3908 2015 SGM	Enviado e respondido
80	RQC 4.520/15	Requer seja realizado um sobrevoo nas barragens de rejeito da Mina Germano, da empresa Samarco.	Diverso	Barragens de rejeito da Mina Germano		2	Diverso						
81	RQC 4.521/15	Requer seja realizada visita técnica às barragens de rejeito da Mina Germano, em Mariana.	Visita	Barragens de rejeito da Mina Germano		6	Diverso						
82	RQC 4.522/15	Requer seja realizada visita às empresas mineradoras localizadas em Carajás para conhecer o trabalho de empilhamento de rejeito a seco por elas desenvolvido.	Visita	Empresas mineradoras localizadas em Carajás		7	Diverso						
83	RQC 4.523/15	Requer seja realizada visita às empresas mineradoras localizadas em Congonhas para conhecer o trabalho de empilhamento de rejeito a seco por elas desenvolvido.	Visita	Empresas mineradoras localizadas em Congonhas		8	Diverso						
84	RQC 4.524/15	Requerem seja realizada visita à Mundo Mineração, no Município de Rio Acima.	Visita	Mundo Mineração, no Município de Rio Acima		9	Diverso						
85	RQC 4.547, de 2015	Requerem seja realizada visita à Mina Mar Azul, da Vale, situada no Distrito de São Sebastião das Águas Claras, Município de Nova Lima.	Visita	Mina Mar Azul, no Distrito de São Sebastião das Águas Claras, Município de Nova Lima		10	Diverso						
86	RQC 4.548, de 2015	Requerem seja realizada reunião com convidados para debater os impactos do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, no Município de Mariana, em relação aos atingidos a jusante do empreendimento.	Reunião com Convidados			2	Efeitos do desastre						
87	RQC 4.549, de 2015	Requerem seja realizada reunião com convidados para debater as consequências do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, no Município de Mariana.	Reunião com Convidados			3	Efeitos do desastre						
88	RQC 4.550, de 2015	Requerem seja realizada reunião com convidados para debater a situação do empreendimento da Samarco, no Município de Mariana, bem como a regularidade do licenciamento ambiental, a fiscalização e as consequências legais, ambientais e humanas decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.	Reunião com Convidados			4	Licenciamento Fiscalização Efeitos						
89	RQC 4.551, de 2015	Requer seja realizada audiência pública com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Segurança Pública para debater a tragédia causada pelo rompimento de barragem de rejeitos da mineradora Samarco, em Mariana, especialmente no que se refere ao acompanhamento das providências já tomadas pelos Bombeiros Militares do Estado e pelos integrantes da Defesa Civil e do Exército na busca de soluções quanto ao impacto ambiental e ao apoio aos atingidos, identificação das vítimas, dos desaparecidos e apoio às famílias.	Audiência Pública			16	Efeitos do desastre						
90	RQC 4.556, de 2015	Requerem seja realizada reunião com os convidados que menciona para que a Sra. Beatriz Cerqueira, coordenadora geral do Sind-UTE, preste esclarecimentos referentes às acusações feitas a essa comissão e aos seus membros em artigo por ela assinado e publicado no sítio Brasil 247, em 21/11/2015.	Reunião com Convidados			5	Diverso						
91	RQC 4.558, De 2015	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Governador Valadares pedido de informações sobre a veracidade de mensagem eletrônica supostamente assinada pelo secretário municipal de Educação, Sr. Jaider Batista da Silva, na qual proíbe a distribuição de água mineral às escolas do município.	Pedido de Informação	Prefeitura de Governador Valadares	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	40	Diverso					**26/11/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2397/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3899 2015 SGM à Sra Elisa Maria Costa, Prefeita Municipal, Governador Valadares - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
92	RQC 4.559, de 2015	Requerem seja realizada reunião com convidados para debater as consequências e providências relativas à saúde pública das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, administrada pela Samarco Mineração S.A., no Município de Mariana.	Reunião com Convidados			6	Ações sociais	Saúde Pública					
93	RQC 4.560/15	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para criação de uma força-tarefa com profissionais de saúde para atender a população dos distritos do Município de Mariana e dos demais municípios atingidos pelo rompimento da barragem administrada pela Samarco Mineração S.A., tendo em vista os relatos de perturbação psicológica e de doenças de veiculação hídrica que possam vir a ocorrer em virtude dessa tragédia.	Pedido de Providência	Secretaria de Estado de Saúde	Tem resposta	14	Ações sociais	Saúde Pública	01/12/15	21/06/16	203	**RQN 3467 2015** **16/12/2015** Remessa do Ofício 3839 2015 SGM ao Sr Marco Antônio Rezende Teixeira, Secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e respondido
94	RQC 4.561, de 2015	Requer seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna – Gedef – do Ministério Público pedido de providências para que seja exigida da Samarco Mineração S.A. a construção de barreira física isolando os locais onde há lama para evitar o acesso dos animais e consequente atolamento, e que sejam retirados os animais de Barra Longa, Gesteiras e demais localidades diretamente prejudicadas pelos rejeitos oriundos do rompimento da barragem de Fundão.	Pedido de Providência	Grupo Especial de Defesa da Fauna – Gedef	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	15	Animais	Resgate	01/12/15			**01/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **09/12/15 - Se transformou no** RQN 3479/15 16/12/15 - Remessa do Ofício 3870 2015 SGM à Sra Promotora de Justiça Luciana Imaculada de Paula, Coordenadora do Gedef - Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
95	RQC 4.562, de 2015	Requer seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna – Gedef – do Ministério Público pedido de providências para que a retirada de animais seja inserida nos planos de evacuação existentes para as comunidades situadas em localidades sujeitas a risco de rompimento de barragens.	Pedido de Providência	Grupo Especial de Defesa da Fauna – Gedef	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	16	Animais	Resgate	01/12/15			**01/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **09/12/15 - Se transformou no** RQN 3477/15 16/12/15 - Remessa do Ofício 3870 2015 SGM à Sra Promotora de Justiça Luciana Imaculada de Paula, Coordenadora do Gedef - Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
96	RQC 4.563/15	Requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Valadares e à Promotoria de Justiça da Bacia do Rio Doce pedido de providências com vistas a determinar equipe governamental para analisar os termos do ajuste com a Samarco Mineração S.A., tendo em vista a indenização pelo desastre das barragens do Município de Mariana, com a inclusão dos seguintes assuntos na pauta dos temas em discussão: elaboração de um plano de recuperação do Rio Doce; projetos e construção de nova captação dos Rios Suaçuí Pequeno e Suaçuí Grande, no Município de Governador Valadares; e instalação de laboratório para análise de metais pesados na água nesse Município.	Pedido de Providência	Governo do Estado	Tem resposta	17	TAC		01/12/15	22/02/16	83	RQN 3476 2015 **17/12/2015** - Remessa do Ofício 3875 2015 SGM	Enviado e respondido
97	RQC 4.563/15	Requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Valadares e à Promotoria de Justiça da Bacia do Rio Doce pedido de providências com vistas a determinar equipe governamental para analisar os termos do ajuste com a Samarco Mineração S.A., tendo em vista a indenização pelo desastre das barragens do Município de Mariana, com a inclusão dos seguintes assuntos na pauta dos temas em discussão: elaboração de um plano de recuperação do Rio Doce; projetos e construção de nova captação dos Rios Suaçuí Pequeno e Suaçuí Grande, no Município de Governador Valadares; e instalação de laboratório para análise de metais pesados na água nesse Município.	Pedido de Providência	Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Valadares	Tem resposta	18	TAC		01/12/15	11/12/15	10		Enviado e respondido
98	RQC 4.563/15	Requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Valadares e à Promotoria de Justiça da Bacia do Rio Doce pedido de providências com vistas a determinar equipe governamental para analisar os termos do ajuste com a Samarco Mineração S.A., tendo em vista a indenização pelo desastre das barragens do Município de Mariana, com a inclusão dos seguintes assuntos na pauta dos temas em discussão: elaboração de um plano de recuperação do Rio Doce; projetos e construção de nova captação dos Rios Suaçuí Pequeno e Suaçuí Grande, no Município de Governador Valadares; e instalação de laboratório para análise de metais pesados na água nesse Município.	Pedido de Providência	Promotoria de Justiça da Bacia do Rio Doce	Tem resposta	19	TAC		01/12/15	11/1/16	41		Enviado e respondido
99	RQC 4.564/15	Requer seja encaminhado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – pedido de providências para que seja estudada a necessidade de proibição da pesca no Rio Doce, por um tempo determinado, até que os órgãos competentes assegurem a recuperação de sua fauna e flora, bem como para evitar o risco à saúde dos consumidores através da ingestão de peixes contaminados.	Pedido de Providência	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	Tem resposta	20	Pesca	Saúde Pública	01/12/15	23/11/16	358		Enviado e respondido
100	RQC 4.583, de 2015	Requer seja realizada visita à barragem de rejeitos do Marzagão, da Alcan Alumínio do Brasil S.A., em OuroPreto, e ao depósito conhecido como "lago de lama".	Visita	Barragem de rejeitos do Marzagão em OuroPreto		11	Diverso						

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
101	RQC 4.584/15	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências com vistas a incluir a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais na força-tarefa, presidida por essa secretaria, destinada a estudar e propor alterações na legislação que trata da disposição de rejeitos sólidos derivados de atividades produtivas de caráter extrativista e Industrial.	Pedido de Providência	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Tem resposta	21	Força-Tarefa		01/12/15	29/01/16	59	RQN 3465 2015 **16/12/2015** - Remessa do Ofício 3838 2015 SGM ao Sr Marco Antônio Rezende Teixeira, Secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e respondido
102	RQC 4.585/15	Requer seja encaminhado à Vale S.A. e à BHP Billiton pedido de providências para a criação de cronograma de operações de limpeza dos escombros e do processo de reflorestamento e reconstrução ambiental em todos os municípios às margens do Rio Doce atingidos pela lama proveniente do rompimento da barragem da Samarco Mineração S.A.	Pedido de Providência	Vale S.A.	Tem resposta	22	Medidas		01/12/15	19/01/16	49	**01/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2402/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3904 2015 SGM ao Sr Murilo Ferreira, Diretor- Presidente da Vale, Rio de Janeiro - RJ, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e respondido
103	RQC 4.585/15	Requer seja encaminhado à Vale S.A. e à BHP Billiton pedido de providências para a criação de cronograma de operações de limpeza dos escombros e do processo de reflorestamento e reconstrução ambiental em todos os municípios às margens do Rio Doce atingidos pela lama proveniente do rompimento da barragem da Samarco Mineração S.A.	Pedido de Providência	BHP Billiton	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	23	Medidas		01/12/15			**01/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2402/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3904 2015 SGM ao Sr Murilo Ferreira, Diretor- Presidente da Vale, Rio de Janeiro - RJ, nos termos do requerimento aprovado. Remessa do Ofício 3904 2015 SGM ao Sr Alberto Calderon, Diretor Comercial da BHP Billiton, Rio de Janeiro - RJ, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
104	RQC 4.586, de 2015	Requer seja realizada reunião com convidados, com apresença do Sr. Breno Carone, vice-prefeito deBrumadinho e presidente do Consórcio Intermunicipal daBacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, para apresentação eentrega do relatório da audiência pública realizada naCâmara Municipal desse município em 25/11/2015	Reunião com Convidados			7	Diverso						
105	RQC 4.587, de 2015	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências com vistas a incluir a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais na força-tarefa de gestão e monitoramento dos impactos produzidos pelo rompimento da barragem Fundão, da Samarco Mineração S.A.	Pedido de Providência	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	24	Força-Tarefa					**01/12/2015** - Aprovado na Comissão **09/12/2015** - Recebido em Plenário. Aprovado o requerimento **RQN 3466/15** **16/12/2015** - Remessa do Ofício 3838 2015 SGM ao Sr Marco Antônio Rezende Teixeira, Secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
106	RQC 4.588, de 2015	Requer seja realizada reunião com convidados, coma presença de representantes do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília, do Serviço Geológico Brasileiro e do Centro de Sismologia da Universidade de São Paulo, para tratar de assuntos relativos ao rompimento da barragem de rejeitos do Complexo Minerário do Fundão, da Samarco Mineração S.A.	Reunião com Convidados			8	Causas do desastre						
107	RQC 4.589/15	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente **pedido de informações decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração S.A., ocorrido em Mariana, na forma que menciona.**	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Tem resposta	41	Causas Consequências		01/12/15	28/01/16	58	RQN 3464 2015 **17/12/15** - Remessa do Ofício 3926 2015 SGM	Enviado e respondido
108	RQC 4.590, de 2015	Requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – pedido de informações decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos daSamarco Mineração S.A, ocorrido em Mariana, na forma que menciona.	Pedido de Informação	Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	42	Causas Consequências					**01/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2411/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3905 2015 SGM ao Sr Celso Luiz Garcia, Superintendente do DNPM em Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
109	RQC 4.756, de 2015	Requerem seja encaminhado à Prefeitura de Mariana pedido de informações sobre a inclusão do município no Formulário de Informações de Desastre – Fide –, sob responsabilidade da Defesa Civil	Pedido de Informação	Prefeitura de Mariana	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	43	Diverso					**10/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2427/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3935 2015 SGM ao Sr Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, Prefeito Municipal, Mariana - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
110	RQC 4.757, de 2015	Requerem seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre a **situação atual da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves – Candonga – e as iniciativas para a sua recuperação.**	Pedido de Informação	Cemig	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	44	Situação de usina		10/12/15			**10/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **08/08/16 - Se transformou no** RQN 3569/15. Aguardando apreciação do requerimento em Plenário.	Não enviado
111	RQC 4.758, de 2015	Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas na apresentação do **Plano Emergencial de Saúde e Vigilância Sanitária para as regiões afetadas pela contaminação do Rio Doce, em razão do rompimento da barragem do Fundão, da Samarco Mineração.**	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Saúde	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	45	Saúde Pública	Ações sociais	10/12/15			**10/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **08/08/16 - Se transformou no** RQN 3570/15. Aguardando apreciação do requerimento em Plenário.	Não enviado
112	RQC 4.759, de 2015	Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em relatório sobre os **rejeitos da barragem de Germano, da Samarco Mineração,contendo análise do material, sua quantidade e fluidez.**	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	46	Lançamento de rejeitos		10/12/15			**10/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **08/08/16 - Se transformou no** RQN 3571/15. Aguardando apreciação do requerimento em Plenário.	Não enviado

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
113	RQC 4.760, de 2015	Requerem seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de informações consubstanciadas em relatório sobre os rejeitos da barragem de Germano, contendo análise do material, sua quantidade e fluidez	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	47	Lançamento de rejeitos					**10/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2424/15. 17/12/15 - Remessa do Ofício 3930 2015 SGM ao Sr Ricardo Vescovi, Diretor-Presidente da Samarco Mineração S.A., Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
114	RQC 4.761, de 2015	Requerem seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de providências para que seja realizado, com o Incra, levantamento dos locais adequados à construção do novo povoado para a população do Distrito de Bento Rodrigues, atingido pelo rompimento da Barragem do Fundão.	Pedido de Providência	Samarco Mineração S.A.	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	25	Ações sociais	Moradia	10/12/15			**15/12/15** - Transformado em **RQO 2422/15** **17/12/15** - Remessa do Ofício 3930 2015 SGM	Enviado e não respondido
115	RQC 4.762, de 2015	Requerem seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de informações sobre plano emergencial para retirada dos resíduos de rejeitos da barragem do Fundão depositados nas margens dos Rios Doce, Piranga e Gualaxo.	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	48	Plano de ação de emergência					**10/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2425/15. 17/12/15 - Remessa do Ofício 3930 2015 SGM ao Sr Ricardo Vescovi, Diretor-Presidente da Samarco Mineração S.A., Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
116	RQC 4.763, de 2015	Requerem seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de providências para que sejam atendidas, o mais brevemente possível, as demandas dos pescadores da Bacia do Rio Doce, tendo em vista que em fevereiro de2016 se encerra o período de defeso e, por conseguinte, a ajuda financeira concedida pelo governo federal.	Pedido de Providência	Samarco Mineração S.A.	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	26	Pesca		10/12/15			**10/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2419/15 17/12/15 - Remessa do Ofício 3930 2015 SGM ao Sr Ricardo Vescovi, Diretor-Presidente da Samarco Mineração S.A., Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
117	RQC 4.764, De 2015	Requerem seja realizada audiência pública para debater a situação dos municípios e distritos atingidos diretamente pelo rompimento da barragem do Fundão, da Samarco Mineração	Audiência Pública			17	Efeitos do desastre						
118	RQC 4.765, de 2015	Requerem seja realizada visita à barragem da Usina Hidrelétrica de Aimorés, no Município de Aimorés	Visita	Barragem da Usina Hidrelétrica de Aimorés em Aimorés		12	Diverso						
119	RQC 4.766, de 2015	Requerem seja realizada visita à barragem da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, conhecida como Candonga,no Município de Rio Doce	Visita	Usina Hidrelétrica Risoleta Neves no Município de Rio Doce		13	Diverso						
120	RQC 4.767, de 2015	Requer seja realizada audiência pública para debatera unificação das ações do Poder Judiciário de Minas Gerais e do Espírito Santo, com vistas a agilizar as medidas que atendam aos interesses e necessidades da população atingida direta e indiretamente pelo rompimento da barragem do Fundão.	Audiência Pública			18	Medidas						
121	RQC 4.768, de 2015	Requer seja encaminhado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea – e ao Instituto Majoritário de Pesquisas e Estatísticas – Imape –pedido de providências para que disponibilizem às pessoas do distrito de Bento Rodrigues, atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão, serviços técnicos para a justa avaliação dos seus bens	Pedido de Providência	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	27	Ações sociais	Avaliação dos bens	10/12/15			**10/12/15** - O RQC foi aprovado na Comissão. **16/12/15** - Se transformou no **RQN 3586/**15 **03/02/16** - Remessa do Ofício 46 2016 SGM ao Sr Jobson Andrade, Presidente do Crea-MG, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
122	RQC 4.768, de 2015	Requer seja encaminhado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea – e ao Instituto Majoritário de Pesquisas e Estatísticas – Imape –pedido de providências para que disponibilizem às pessoas do distrito de Bento Rodrigues, atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão, serviços técnicos para a justa avaliação dos seus bens	Pedido de Providência	Instituto Majoritário de Pesquisas e Estatísticas – Imape	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	28	Ações sociais	Avaliação dos bens	10/12/15			**10/12/15** - O RQC foi aprovado na Comissão. **16/12/15** - Se transformou no **RQO 2429/15** **21/12/15** - Remessa do Ofício 3943 2015 SGM ao Instituto Majoritário de Pesquisas e Estatísticas, Conceição - PB, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
123	RQC 4.769, de 2015	Requer seja encaminhado à Associação Mineira de Municípios – AMM – e à Frente Nacional de Prefeitos – FNP – pedido de informações sobre as demandas dos 44 municípios atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão, no que se refere à sua recuperação ambiental, social e econômica.	Pedido de Informação	Associação Mineira de Municípios – AMM	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	49	Efeitos do desastre					**10/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2420/15. 17/12/15 - Remessa do Ofício 3931 2015 SGM ao Sr Prefeito Márcio Lacerda, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado. - Remessa do Ofício 3931 2015 SGM ao Sr Prefeito Ângelo Roncalli, Presidente da AMM, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
124	RQC 4.770, de 2015	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de **informações acerca das condições de operação e de estabilidade da barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio, pertencente à mineradora Anglo American.**	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	50	Segurança		10/12/15			**10/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **08/08/16 - Se transformou no** RQN 3572/15. Aguardando apreciação do requerimento em Plenário.	Não enviado
125	RQC 4.771, de 2015	Requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral pedido de informações acerca das condições de operação e de estabilidade da barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio, pertencente à mineradora Anglo American.	Pedido de Informação	Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	51	Segurança					**10/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2423/15. 17/12/15 - Remessa do Ofício 3933 2015 SGM ao Sr Celso Luiz Garcia, Superintendente do DNPM em Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
126	RQC 4.772, de 2015	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Conceição do Mato Dentro pedido de informações acerca das condições de operação e de estabilidade da barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio, pertencente à mineradora Anglo American.	Pedido de Informação	Prefeitura de Conceição do Mato Dentro	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	52	Segurança					**10/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2421/15. 17/12/15 - Remessa do Ofício 3932 2015 SGM ao Sr Reinaldo César de Lima Guimarães, Prefeito Municipal, Conceição do Mato Dentro - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
127	RQC 4.773, de 2015	Requer seja encaminhado à mineradora AngloAmerican pedido de informações acerca das condições deoperação e de estabilidade da barragem de rejeitos doSistema Minas-Rio	Pedido de Informação	Mineradora Anglo American	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	53	Segurança					**10/12/15 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **15/12/15 - Se transformou no** RQO 2426/15. 17/12/15 - Remessa do Ofício 3934 2015 SGM à Anglo American, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
128	RQC 4.774, de 2015	Requer seja realizada reunião com convidados para debater as demandas dos municípios mineiros atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão, relativas à sua recuperação ambiental, social e econômica.	Reunião com Convidados			9	Efeitos do desastre						
129	RQC 4.874, de 2016	Solicitam seja realizada visita conjunta com a Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao Município de Barra Longa, atingido pela tragédia do rompimento da barragem de rejeitos do Distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, para apurar a situação dos animais desse local	Visita	Município de Barra Longa		14	Animais						
130	RQC 4.876, de 2016	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja realizada avaliação imediata do índice de segurança das barragens de rejeito de mineração situadas na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba, a montante do Sistema Rio Manso, e, em especial, as do Complexo Minerário Serra Azul; e que sejam paralisadas as barragens de rejeitos a montante dos reservatórios de Rio Manso e Serra Azul.	Pedido de Providência	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	29	Segurança		16/02/16			**16/02/16** - O RQC foi aprovado na Comissão. **23/02/2016** - Proposição recebida em Plenário. Aprovado **RQN 3889/16** **01/03/2016** - Remessa do Ofício 264 2016 SGM ao Sr Marco Antônio Rezende Teixeira, Secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
131	RQC 4.882, de 2016	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o licenciamento para operações de extração de minério das Mineradoras Tejucana e Mineral do Brasil, localizadas no Município de Brumadinho.	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	54	Licenciamento		16/12/15			**16/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **23/02/16 - Transformado em** RQN 3867/16. Encaminhado à Mesa da Assembleia, para parecer.	Não enviado
132	RQC 4.883, de 2016	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja realizado levantamento técnico completo sobre o conjunto de impactos produzidos em termos de rebaixamento dos lençóis freáticos na Baciado Rio Paraopeba, em razão da adoção da tecnologia de abertura de cavidades por parte das empresas mineradoras.	Pedido de Providência	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	30	Impactos da mineração	Rio Paraopeba	16/02/16			**16/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **23/02/16 - Proposição recebida em Plenário. Aprovado** RQN 3891/16. 01/03/2016 - Remessa do Ofício 264 2016 SGM ao Sr Marco Antônio Rezende Teixeira, Secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
133	RQC 4.885, de 2016	Requer seja encaminhada ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao superintendente da Supram Central, aos Ministérios Públicos Federal e Estadual e à Força-Tarefa do Governo de Minas Gerais que avalia o rompimento da barragem da Samarco, cópia do documento intitulado "Situação das barragens de rejeitos existentes na Bacia do Paraopeba",que foi tema de audiência pública em Brumadinho,produzido pelo Consórcio Intermunicipal da BaciaHidrográfica do Rio Paraopeba – Cibapar.	Encaminhamento de documentos	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad		2	Diverso						
134	RQC 4.887, de 2016	Requerem seja realizada audiência de convidados para ouvir a Companhia de Saneamento de Minas Gerais -Copasa - sobre a qualidade das águas da Bacia do Rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco Mineração S.A.	Audiência de Convidados			1	Qualidade das águas						
135	RQC 4.888/16	Requer seja encaminhado ao Governo do Estado pedido de providências para que sejam nomeados defensores públicos para a comarca do Município de Mariana e dos demais municípios atingidos pelo rompimento da barragem da empresa Samarco Mineração S.A. nos quais a presença da Defensoria Pública seja deficiente.	Pedido de Providência	Governo do Estado	Tem resposta	31	Defensor Público		16/02/16	19/05/16	93	RQN 3877 2016 **01/03/2016** - Remessa do Ofício 241 2016 SGM ao Sr Marco Antônio Rezende Teixeira, Secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e respondido
136	RQC 4.889/16	Requerem seja encaminhado à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais pedido de providências com vistas à celeridade na conclusão dos laudos relativos às edificações, em particular as residenciais, em que sejam também abrangidos os prédios comerciais atingidos pelos rejeitos do rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco Mineração S.A., priorizando-se o Município de Barra Longa, tendo em vista que o ressarcimento e eventuais reassentamentos dos atingidos dependem desses laudos conclusivos.	Pedido de Providência	Defesa Civil de Minas Gerais	Tem resposta	32	Ações sociais	Moradias	16/02/16	19/05/16	93		Enviado e respondido
137	RQC 4.891/16	Requer seja encaminhado à Samarco Mineração S.A. pedido de providências para efetuar o pagamento imediato e retroativo dos custos operacionais suportados pelas associações de produção leiteira das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, no Município de Mariana.	Pedido de Providência	Samarco Mineração S.A.	Tem resposta	33	Recursos para solução das consequências		16/02/16	17/03/16	30	RQN 3883 2016 **02/03/2016** - Remessa do Ofício 261 2016 SGM	Enviado e respondido
138	RQC 4.893, de 2016	Requer seja encaminhado ao procurador-geral do Ministério Público de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nos estudos de avaliação do impacto socioeconômico decorrente do rompimento da Samarco Mineração S.A., sob responsabilidade do Ministério Público de Minas Gerais.	Pedido de Informação	Procuradoria Geral do Ministério Público de Minas Gerais	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	55	Efeitos do desastre		16/12/15			**16/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **23/02/16 - Transformado em** RQN 3866/16. Encaminhado à Mesa da Assembleia, para parecer.	Não enviado

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
139	RQC 4.894, de 2016	Requer seja realizada audiência pública no Município de Governador Valadares para debater os impactos, para os trabalhadores, da tragédia ocorrida na barragem de Fundão, tendo em vista a solicitação do movimento Mundo do Trabalho Contra a Precarização.	Audiência Pública	Município de Governador Valadares		19	Efeitos do desastre	Emprego					
140	RQC 4.896/16	Requer seja encaminhado à Fundação SOS Mata Atlântica pedido de informações consubstanciado em estudo feito sobre a qualidade da água no Rio Doce,contaminado por rejeitos de minério da barragem de Fundão, da Samarco, em 5 de novembro de 2015.	Pedido de Informação	Fundação SOS Mata Atlântica	Tem resposta	56	Qualidade das águas		16/02/16	06/04/16	50	**RQN 3917 2016** **15/03/2016** - Remessa do Ofício 339 2016 SGM à Fundação SOS Mata Atlântica, São Paulo - SP, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e respondido
141	RQC 4.898, de 2016	Requer seja realizada visita às barragens do Complexo Germano, da empresa Samarco, no Município de Mariana.	Visita	Barragens do Complexo Germano		15	Diverso						
142	RQC 4.899, de 2016	Requer seja realizada audiência de convidados, para debater o licenciamento ambiental da barragem do Fundão, da empresa Samarco.	Audiência de Convidados			2	Licenciamento						
143	RQC 4.901, de 2016	Requer seja realizada visita à Mina Ferro Mais, no Município de Ouro Preto, para que se conheçam o processo e os equipamentos utilizados pela empresa para o reaproveitamento de resíduos, que eliminam o uso de barragens de rejeitos em minerações.	Visita	Mina Ferro Mais, no Município de Ouro Preto		16	Novas tecnologias e tecnicas						
144	RQC 4.905/16	Requerem seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para que as iniciativas relativas a danos socioeconômicos decorrentes do rompimento da Barragem do Fundão sejam mantidas no âmbito de atuação das Promotorias de Justiça das Comarcas de Mariana e de Ponte Nova, que englobam os Municípios de Mariana, Barra Longa e os Distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, não integrando as negociações em curso com as empresas Samarco, Vale eBHP.	Pedido de Providência	Advocacia-Geral do Estado	Tem resposta	34	Efeitos do desastre		16/02/16	19/05/16	93	**16/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **23/02/16 - Transformado em** RQN 3890/16. 01/03/16 - Remessa do Ofício 242 2016 SGM ao Sr Marco Antônio Rezende Teixeira, Secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e respondido
145	RQC 4.906, de 2016	Requerem seja encaminhado à Advocacia-Geral da União pedido de providências para que as iniciativas referentes às Comarcas de Mariana e de Ponte Nova, que englobam os Municípios de Mariana, Barra Longa e os Distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, relativas a danos socioeconômicos sejam mantidas no âmbito de atuação do Ministério Público de Minas Gerais, nas Promotorias de Justiça dessas comarcas, não integrando as negociações em curso com as empresas Samarco, Vale e BHP concernentes ao rompimento da barragem do Fundão.	Pedido de Providência	Advocacia-Geral da União	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	35	Efeitos do desastre		16/02/16			RQN 3887 2016	Enviado e não respondido
146	RQC 4.932, de 2016	Requer seja realizada audiência de convidados, coma presença do secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana, para apresentação da versão final do relatório com o levantamento global dos danos materiais, ambientais,econômicos e humanos causados pelo rompimento da barragem do Fundão, da Samarco Mineração, no Município de Mariana, em novembro de 2015.	Audiência de Convidados			3	Efeitos do desastre						
147	RQC 4.933/16	Requer seja encaminhado à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas no envio de cópia dos resultados, ainda que preliminares, do inquérito que apurao rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração, ocorrido no dia 5/11/2015, em particular no tocante ao Plano de Ação Emergencial de Barragens da Samarco.	Pedido de Informação	Polícia Federal em Minas Gerais	Tem resposta	57	Plano de ação de emergência		17/02/16	09/03/16	21	RQN 3882 2016 **02/03/2016** - Remessa do Ofício 260 2016 SGM ao Sr Sérgio Barboza Menezes Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e respondido
148	RQC 4.934, de 2016	Requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Ponte Nova pedido de providências para a inclusão, em caráter permanente, dos representantes dos moradores de Barra Longa atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração, em discussões, encontros e rodadas de negociação relativos à reparação e ao ressarcimento de danos e perdas nesse município.	Pedido de Providência	Promotoria de Justiça da Comarca de Ponte Nova	Tem resposta	36	Efeitos do desastre		17/02/16	24/06/16	128	**17/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **23/02/16 - Transformado em** RQN 3878/16. 02/03/16 - Remessa do Ofício 256 2016 SGM à Secretaria das Promotorias de Justiça da Comarca de Ponte Nova, Ponte Nova - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e respondido
149	RQC 4.935, de 2016	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Barra Longa pedido de providências para a inclusão, em caráter permanente, dos representantes dos moradores de Barra Longa atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão, da Samarco Mineração, em discussões,encontros e rodadas de negociação relativos à reparação e ao ressarcimento de danos e perdas resultantes do acidente.	Pedido de Providência	Prefeitura Municipal de Barra Longa	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	37	Efeitos do desastre		17/12/15			**17/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **23/02/16 - Transformado em** RQN 3876/16. 02/03/16 - Remessa do Ofício 255 2016 SGM ao Sr Fernando José Carneiro Magalhães, Prefeito Municipal, Barra Longa - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
150	RQC 4.939, de 2016	Requer seja realizada visita às Lagoas das Codornas,dos Ingleses e do Miguelão, localizadas entre os Municípios de Nova Lima, Itabirito e Rio Acima, e ao Complexo Minerário ITM Vargem Grande, da Vale, em razão de desastres ambientais ocorridos na localidade.	Visita	Lagoas das Codornas,dos Ingleses e do Miguelão		17	Diverso						

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
151	RQC 4.941, de 2016	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o desastre ambiental ocorrido na Lagoa das Codornas em virtude do despejo de toneladas de minério nos meses de abril e dezembro de 2015, para esclarecimentos referentes aos danos causados, às medidas tomadas e às sanções aplicadas à empresa por esse órgão.	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	58	Efeitos do desastre	Lagoa das Codornas em 2015	17/12/15			**17/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **23/02/16 - Transformado em** RQN 3870/16. Encaminhado à Mesa da Assembleia, para parecer.	Não enviado
152	RQC 4.942, de 2016	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas no envio da **relação dasbarragens que se romperam nos últimos 48 meses no Estado, informando os municípios onde se encontram e os nomes das empresas responsáveis.**	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	59	Barragens existentes		17/12/15			**17/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **23/02/16 - Transformado em** RQN 3874/16. Encaminhado à Mesa da Assembleia, para parecer.	Não enviado
153	RQC 4.944, de 2016	Requer seja realizada audiência de convidados para debater os dados levantados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o andamento das investigações realizadas pela Polícia Civil diante do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração, com a presença do secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do delegado responsável pelo inquérito policial.	Audiência de Convidados			4	Causas						
154	RQC 4.945/16	Requer seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de informações sobre o levantamento dos dados dos atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão,com vistas a esclarecer os critérios adotados para definir quem são; como estão sendo feitas as pesquisas para sua identificação e o dimensionamento dos impactos na vida de cada um deles; quais instrumentos estão sendo utilizados para esse levantamento e se as pesquisas estão seguindo as disposições do Comitê de Ética da Associação Brasileira de Antropologia.	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Tem resposta	60	Ações sociais	Identificação dos atingidos	17/02/16	18/03/16	30	RQN 3886 2016 Remessa do Ofício 261 2016 SGM em 02/03/16.	Enviado e respondido
155	RQC 4.948, de 2016	Requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado pedido de informações sobre o montante gasto do total de um bilhão de reais, sendo quinhentos milhões em dinheiro e quinhentos milhões em bens dados em garantia,disponibilizados no âmbito do termo de ajustamento de conduta preliminar voltado para as medidas emergenciais socioambientais firmado entre o Ministério Público e a Samarco Mineração, com a descrição dos gastos, se houver.	Pedido de Informação	Procuradoria Geral do Estado	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	61	Recursos para solução das consequências	TAC	17/12/15			**17/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **23/02/16 - Transformado em** RQN 3873/16. Encaminhado à Mesa da Assembleia, para parecer.	Não enviado
156	RQC 4.949, de 2016	Requerem seja encaminhado ao governador do Estado, à Cemig e à Copasa-MG pedido de providências para a concessão de isenção de tarifas públicas de fornecimento de energia elétrica, abastecimento hídrico e esgotamento sanitário, por um prazo de 180 dias, para todas as unidades residenciais e comerciais consumidoras dos municípios mineiros atingidos pelo rompimento das barragens do complexo minerário da Samarco Mineração,conforme inventário atualizado de municípios atingidos elaborado pela Defesa Civil.	Pedido de Providência	Governo do Estado	Tem resposta	38	Isenção de Taxas	Energia Água Esgoto	17/02/16	19/05/16	92	**RQN 3888 2016** 02/03/2016 - Remessa do Ofício 220 2016 SGM ao Sr Marco Antônio Rezende Teixeira, Secretário de Estado de **Casa Civil** e de Relações Institucionais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e respondido
157	RQC 4.949, de 2016	Requerem seja encaminhado ao governador do Estado, à Cemig e à Copasa-MG pedido de providências para a concessão de isenção de tarifas públicas de fornecimento de energia elétrica, abastecimento hídrico e esgotamento sanitário, por um prazo de 180 dias, para todas as unidades residenciais e comerciais consumidoras dos municípios mineiros atingidos pelo rompimento das barragens do complexo minerário da Samarco Mineração,conforme inventário atualizado de municípios atingidos elaborado pela Defesa Civil.	Pedido de Providência	Cemig	Tem resposta	39	Isenção de Taxas	Energia Água Esgoto	17/02/16	04/04/16	47	**RQN 3888 2016** **01/03/2016** Remessa do Ofício 220 2016 SGM ao Sr Mauro Borges Lemos, Diretor-Presidente da **Cemig**, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e respondido
158	RQC 4.949, de 2016	Requerem seja encaminhado ao governador do Estado, à Cemig e à Copasa-MG pedido de providências para a concessão de isenção de tarifas públicas de fornecimento de energia elétrica, abastecimento hídrico e esgotamento sanitário, por um prazo de 180 dias, para todas as unidades residenciais e comerciais consumidoras dos municípios mineiros atingidos pelo rompimento das barragens do complexo minerário da Samarco Mineração,conforme inventário atualizado de municípios atingidos elaborado pela Defesa Civil.	Pedido de Providência	Copasa-MG	Tem resposta	40	Isenção de Taxas	Energia Água Esgoto	17/02/16	14/09/16	210	**RQN 3888 2016** **01/03/2016** Remessa do Ofício 220 2016 SGM à Sra Sinara Meirelles, Diretora-Presidente da **Copasa**, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e respondido
159	RQC 4.952, de 2016	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a **existência de denúncias ou relatórios de presença de problemas técnicos na Barragem do Fundão**, à época da renovação de sua licença de operação, em 2013.	Pedido de Informação	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	62	Licenciamento		17/12/15			**17/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **23/02/16 - Transformado em** RQN 3872/16. Encaminhado à Mesa da Assembleia, para parecer.	Não enviado
160	RQC 4.955, de 2016	Requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de informações consubstanciadas em copiado documento que relaciona as considerações e os óbices à revalidação, pelo Conselho de Política Ambiental -Copam -, em 2013, da licença de operação da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração	Pedido de Informação	Ministério Público de Minas Gerais - MPMG	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	63	Licenciamento		17/12/15			**17/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **23/02/16 - Transformado em** RQN 3868/16. Encaminhado à Mesa da Assembleia, para parecer.	Não enviado

	RQC	Ementa	Tipo de RQC	Pra quem/Onde	Resposta	Quantidade por Tipo de RQC	Classificação por tema	2° Classificação por tema	Data de Aprovação do RQC	Data de Resposta	Dias para a resposta	Observação	Situação dos ofícios da ALMG
161	RQC 4.958, de 2016	Requer seja realizada audiência de convidados com a presença dos ex-funcionários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente responsáveis por assinar documentos autorizativos para o funcionamento da barragem de Fundão, da Samarco Mineração	Audiência de Convidados			5	Responsabilidades						
162	RQC 4.960, de 2016	Requer seja realizada audiência de convidados, coma presença de representantes da Polícia Civil e da Polícia Federal para prestarem informações sobre o andamento das investigações relativas ao rompimento da barragem de rejeitos do complexo minerário do Fundão, da Samarco Mineração, e do Sr. Joaquim Pimenta de Ávila,engenheiro, para prestar esclarecimentos sobre as informações constantes em seu depoimento à Polícia Federal.	Audiência de Convidados			6	Investigações						
163	RQC 4.961, de 2016	Requer seja encaminhado ao diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM -pedido de informações sobre as **vistorias realizadas na ITM Vargem Grande**, usina da Vale localizada entre os Municípios de Nova Lima, Itabirito e Rio Acima	Pedido de Informação	Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	64	Fiscalização					**17/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **01/03/16 - Transformado em** RQN 3885/16. 02/03/16 - Remessa do Ofício 262 2016 SGM ao Sr Celso Luiz Garcia, Superintendente do DNPM em Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
164	RQC 4.962, de 2016	Requer seja realizada visita à Superintendência da Pesca e da Agricultura em Minas Gerais com a finalidade de debater o conjunto de ações empreendidas, bem como a estrutura de governança, no tocante ao setor produtivo pesqueiro, referente aos impactos produzidos pelo eventodo rompimento da barragem da Samarco Mineração.	Visita	Superintendência da Pesca e da Agricultura em Minas Gerais		18	Pesca						
165	RQC 4.963, de 2016	Solicitam seja realizada visita ao Distrito de Cachoeira Escura, no Município de Belo Oriente, em razão da audiência pública que a Câmara Municipal realizará, em2/3/2016, para debater as consequências do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração.	Visita	Distrito de Cachoeira Escura, no Município de Belo Oriente		19	efeitos do desastre						
166	RQC 4.966, de 2016	Requer seja encaminhado à Sra. Diva Malerbi,ministra do Superior Tribunal de Justiça, pedido de providências solicitando apoio ao pedido de reconsideração do Ministério Público de Minas Gerais-MPMG - em relação à decisão desse tribunal que determinou a competência da Justiça Federal para processar e julgar as ações coletivas decorrentes do rompimento da barragem da Samarco Mineração, de modo que as ações tramitem perante os juízos competentes da Justiça Estadual, em especial na Comarca de Governador Valadares.	Pedido de Providência	Sra. Diva Malerbi,ministra do Superior Tribunal de Justiça	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	41	medidas		17/12/15			**17/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **23/02/16 - Transformado em** RQN 3880/16. 02/03/16 - Remessa do Ofício 258 2016 SGM ao Sra Diva Malerbi, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Brasília - DF, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido
167	RQC 4.968, de 2016	Requer seja realizada audiência de convidados para ouvir o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais –Siticop-MG	Audiência de Convidados			7	Diverso						
168	RQC 4.971/16	Requer seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de informações consubstanciado em relatório e cópia dos contratos das empresas que trabalham hoje na área da Barragem de Germano, bem como as tarefas e ações que estão sendo realizadas.	Pedido de Informação	Samarco Mineração S.A.	Tem resposta	65	Empresas que prestam ou prestaram serviços nas unidades da Samarco no município de Mariana		17/02/16	17/03/16	29	RQN 3884 2016 Remessa do Ofício 261 2016 SGM em **02/03/16**.	Enviado e respondido
169	RQC 4.975, de 2016	Requer seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social pedido de informações consubstanciado em Relação Anual de Informações - Rais- dos anos de 2014 e 2015 das empresas 3T Engenharia, Skava Construções, Vix Logística, Integral Engenharia,Tecnosolo e Manserve, com o objetivo de se ter o perfil dos trabalhadores da barragem de Germano	Pedido de Informação	Ministério do Trabalho e Previdência Social	Tem resposta	66	Diverso		17/02/16	23/06/16	127	RQN 3879 2016 Remessa do Ofício 257 2016 SGM **02/03/16**.	Enviado e respondido
170	RQC 4.976/16	Requer seja encaminhado ao Crea-MG pedido de informações consubstanciado em cópia dos projetos técnicos e dos Registros de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - das empresas 3TEngenharia, Skava Construções, Vix Logística, Integral Engenharia, Tecnosolo, Engesolo e Manserve para o trabalho na barragem de Germano.	Pedido de Informação	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG	Tem resposta	67	Projetos técnicos		17/02/16	17/03/16	29		
171	RQC 4.977, de 2016	Requer seja encaminhado ao presidente do Conselho de Política Ambiental - Copam - pedido de informações consubstanciado em cópia da ata da reunião que revalidou, em 2013, a licença de operação da barragem de Fundão, da Samarco Mineração, e das atas de outras reuniões do Copam em que o tema tenha sido debatido	Pedido de Informação	Conselho de Política Ambiental - Copam	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	68	Licenciamento		17/12/15			**17/02/16 - O RQC foi aprovado na Comissão.** **23/02/16 - Transformado em** RQN 3869/16. Encaminhado à Mesa da Assembleia, para parecer.	Não enviado
172	RQC 4.473, de 2015	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a realização de estudos sobre a viabilidade de utilizar o produto Ecosolid, que é produzido em Minas Gerais, ou semelhante, com a finalidade de sedimentar os rejeitos das barragens de Santarém e Germano, no Município de Mariana, medida emergencial para diminuir a fluidez dos resíduos das barragens que se encontram em risco de rompimento, com índices de segurança inferiores aos indicados em norma.	Pedido de Providência	Governo do Estado	Sem resposta Vide Situação dos ofícios	42	Sedimentação de rejeitos		24/11/15			RQN 3436 2015 **01/03/2016** - Remessa do Ofício 223 2016 SGM ao Sr Marco Antônio Rezende Teixeira, Secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Belo Horizonte - MG, nos termos do requerimento aprovado.	Enviado e não respondido